



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 4/2015
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 29-06-2015**

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 29-06-2015

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -29 de junho de 2015-----

INICIO - Quinze horas e trinta e três minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto.....PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva.....PS

MEMBROS - Mário João Menezes PaivaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoSOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da CunhaPS

Vânia Isabel Duarte BatistaSOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Luís Manuel Mendes RibeiroPS

Mário da Silva EstevesSOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Ana Raquel Mendes CorreiaPS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaSOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva AntunesPS

Natália Jerónimo PiresSOMOS FIGUEIRA

José Augusto Fernandes MateusPS

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Carla Eduarda Ferraz Silva SantosSOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Fernando Miguel Gonçalves PereiraPS

Carlos Cabete Cação de JesusSOMOS FIGUEIRA

Manuel da Silva CaianoPS

Fernando Pinto LoureiroSOMOS FIGUEIRA

Alda Maria Gomes FerreiraSOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes OliveiraCDU

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins BentoPS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo AcúrcioINDEPENDENTE

(Buarcos) José Manuel Matias TavaresPS

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS



(Lavos)	José Elísio Ferreira de OliveiraINDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus DiasSOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues NadaPS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido RodriguesSOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves PintoPS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques LorigoPS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos SalgueiroPS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos MadalenoPS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

José Manuel Pereira da Costa por Carlos Cabete Cação de Jesus, Nuno Miguel Garcia Carvalho por Carla Eduarda Ferraz Silva Santos, João Gomes Lopes por Alda Maria Gomes Ferreira, Carlos Manuel da Silva Rabadão por Fernando Pinto Loureiro, e Fausto Fernando Santos Loureiro por Manuel da Silva Caiano.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

José Manuel Pereira da Costa, Nuno Miguel Garcia Carvalho, João Gomes Lopes, Carlos Manuel da Silva Rabadão, Ana Elisabete Laborda Oliveira, João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos, e Fausto Fernando Santos Loureiro.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2014, E DE 30 DE ABRIL DE 2015

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação das atas das sessões ordinárias de 26 de setembro de 2014, 30 de abril de 2015, e extraordinária de 25 de abril de 2015."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, João Filipe Carronda, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira e Carlos Cabete Cação, do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, deliberou:

1 - Por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e Coligação Democrática Unitária, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, cinco abstenções dos membros do Partido Socialista, Manuel Silva Caiano e António Santos Salgueiro, e da Coligação Somos Figueira, Carla Silva Santos, Alda Gomes Ferreira e Fernando Pinto Loureiro, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária



da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014;-----
2 - Por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e Coligação Democrática Unitária, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, cinco abstenções dos membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Manuel Rodrigues Nada, e da Coligação Somos Figueira, Carla Silva Santos, Alda Gomes Ferreira e Fernando Pinto Loureiro, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015;-----

3 - Por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e Coligação Democrática Unitária, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, Manuel Rodrigues Nada, e da Coligação Somos Figueira, Carla Silva Santos, Alda Gomes Ferreira e Fernando Pinto Loureiro, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2015.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para:-----

- a inauguração da Exposição de Arte Indígena Australiana, no Museu Municipal, com a presença da Embaixadora da Austrália em Portugal-----

- a cerimónia de assinatura do ACEP - Acordo Coletivo de Empregador Público para o Município da Figueira da Foz, com a presença do Secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins-----

- para um jantar/sardinhada a realizar na Quinta das Olaias-----

- as Festas da Cidade/São João 2015-----

- a sessão de adesão do Município da Figueira da Foz ao "Compromisso Pagamento Pontual", uma iniciativa da Associação Cristã de Empresários e Gestores apoiada pela CIP e pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação---

- a Sessão Solene comemorativa do dia da cidade e para a cerimónia de entrega de distinções honoríficas, no Centro de Artes e Espetáculos-----

- a inauguração da 1.ª Fase da Feira das Freguesias 2015-----



- Um convite da Associação Figueira com Sabor a Mar, para a abertura da Feira de Sabores Terra e Mar-----
- Um convite da Casa do Povo de Maiorca, para o 3º Festival de Dança Infantil e Juvenil-----
- Um convite do Presidente da Junta de Freguesia de Alhadas, para a segunda edição da "Matança do Porco à Antiga Portuguesa", no Parque do Arnal-----
- Um convite da Direção da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para as comemorações do seu 180.º aniversário-----
- Um convite conjunto da Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Tavarede e Sotiplanta-Sociedade de Atividades Florestais, para a Inauguração da Exposição e Cerimónia de Entrega de Prémios do Concurso "Eco-Espanta" - 4.ª Edição, na Hortinha
- Horta Pedagógica da Figueira da Foz-----
- Um convite da Casa do Povo de Maiorca, para as comemorações do seu 76º Aniversário
- Um convite do Pátio das Galinhas para uma Récita, integrada nas XXXVIII Jornadas de Teatro Amador, promovidas pelo Lions Clube da Figueira da Foz-----
- Um convite do Centro de Formação da Guarda Nacional Republicana para um Seminário sobre Violência Doméstica, integrado no Ciclo de Conferências "Cuidar, Prevenir, Apoiar e Ajudar"-----
- Um convite para o evento "Trilhos Moinhos da Gândara - 2015", promovido pela Freguesia de Moinhos da Gândara-----
- Um convite do Caras Direitas, para a apresentação dos livros do Professor Jorge Rio Cardoso, "Pais à beira de um ataque de nervos", "Ser Professor" e "Método de ser bom aluno, Bora lá?"-----
- Um convite da Paróquia do Santíssimo Salvador para as Festas do Santo António-
- Um convite da Junta de Freguesia de São Pedro para a apresentação do projeto da Escola do Ensino Básico da Gala "Aquacultura, uma solução quando o mar já não chega", concorrente ao prémio "Ciência na Escola" da Fundação Ilídio Pinto-----
- Um convite da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, para o Espetáculo "Vidas Contadas", uma criação de Emanuel Rodrigues dramatizando casos reais de abuso e violência contra crianças-----
- Um convite do Centro Recreativo Cultural Carvalhense para XXXIII Festival Nacional e XVIII Internacional de Folclore, do Rancho Etnográfico «Os Ferreiros»
- Um convite conjunto do Presidente da Câmara, do Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico, e da Casa dos Pescadores da Costa de Lavos, para as comemorações do Dia Mundial dos Oceanos-----



- Um convite da Caixa de Crédito Agrícola do Baixo Mondego para um ciclo de Seminários subordinado ao tema «Inovação na Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar», e a implementação, pelo 2º ano consecutivo, do «Prémio Empreendedorismo e Inovação Ca - Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar»-----
- Um convite da Associação Figueira Sabor a Mar, para a apresentação do Festival da Sardinha e Cavala-----
- Um convite do Centro de Cultura e Desporto do Município da Figueira da Foz, para uma sardinhada-----
- Um convite da Associação Musical UNIÃO FILARMÓNICA MAIORQUENSE-UFM, para as comemorações do 52.º Aniversário do Rancho Folclórico de Maiorca-----
- Um convite da Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios para a Inauguração das Piscinas da Praia de Quiaios-----
- Um convite do Vereador António Tavares para o Seminário de Encerramento do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2. - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "A Mesa da Assembleia Municipal recebeu duas inscrições para este período de intervenção do público, e assim sendo, dou a palavra ao cidadão António Miguel Guimarães do Amaral."-----

ANTÓNIO MIGUEL AMARAL: "Estou hoje aqui para proceder à entrega formal do abaixo-assinado em prol da limpeza do areal da praia da Figueira da Foz.-----

Os subscritores deste abaixo-assinado defendem um areal limpo de qualquer tipo de vegetação selvagem, uma praia como outrora mundialmente conhecida como uma das principais marcas da cidade.-----

Dissipem-se as dúvidas e afastem-se de vez os mal entendidos.-----

Não somos contra as intervenções projetadas para o areal das praias da Figueira da Foz, apenas se pede que, enquanto as mesmas não se realizarem, o areal mantenha o aspeto de limpeza igual ao das décadas anteriores, por ser efetivamente essa a imagem desta cidade.-----

Como estarão recordados, em anteriores mandatos, designadamente no tempo do Eng.º Aguiar de Carvalho e do Dr. Santana Lopes, apesar de já existirem projetos previstos para aquele local, o areal nunca deixou de ser limpo e sempre se preservou a sua imagem de marca.-----

Hoje, olhando-se para o areal constata-se uma postura de enorme desleixo e sobretudo, uma desconsideração para com a Rainha das Praias de Portugal.-----



Na opinião dos subscritores deste documento, nada, mas mesmo nada, justifica sacrificar a imagem desta cidade e da sua praia, deixando-se o areal num estado inqualificável, com fortes repercussões negativas em termos turísticos, setor onde a imagem vale mais que mil palavras.-----

Importante será também considerar os problemas de saúde pública daí advenientes, a breve trecho, os quais poderão comportar consequências incalculáveis na utilização da praia no futuro, para além do aspeto estético e paisagístico, dado o areal não se localizar numa área distante da cidade, muito pelo contrário, se encontrar integrado no meio urbano.-----

Por todas estas razões a praia não se pode apresentar à comunidade local ou aos visitantes como um matagal descontrolado.-----

Um outro aspeto é o facto da praia ter sido galardoadada com a bandeira azul, mas a mesma continua por ser hasteada e, entretanto, já passou todo o mês de junho. Oxalá não exista nenhum incumprimento obrigando a bandeira azul a manter-se arriada.-----

Para finalizar uma pequena nota ao Vereador António Tavares, Vice-Presidente do Município da Figueira da Foz, por ter questionado publicamente o número de assinaturas do abaixo-assinado, numa tentativa de depreciar e desrespeitar este movimento cívico.-----

Mas, durante anos, este mesmo autarca insurgiu-se contra a Câmara Municipal quando esta não iniciava os trabalhos de limpeza logo no início do verão!-----

Escarneceu sobre a utilização de um carro de som para divulgação do presente movimento, mas em tempos idos, na altura vereador da oposição, utilizou uma camioneta para se manifestar contra o hotel localizado na marginal, recentemente inaugurado pelo executivo camarário de que faz parte!-----

Mudam-se os tempos, mudam-se os interesses.-----

Entrego, pois, à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente, o abaixo-assinado subscrito por 2.183 cidadãos, devidamente identificados pelo bilhete de identidade ou número fiscal de contribuinte, e constituído por cento e seis folhas, todas elas devidamente numeradas e rubricadas.-----

Realço o facto de serem mais de dois milhares de assinantes, num movimento espontaneamente criado e sem meios organizados de recolha de assinaturas, a manifestaram-se a favor da limpeza do areal.-----

Por fim, agradeço a forma aberta e hospitaleira como o Presidente da Assembleia Municipal e os ilustres deputados me receberam, a atenção prestada e o tempo



concedido, e despeço-me desejando a todos uma excelente e profícua jornada de trabalho em proveito da nossa terra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esta questão já foi colocada em sede de reunião de Câmara, onde se rececionou o abaixo-assinado e as razões invocadas pelo Munícipe Miguel Amaral foram analisadas."-----

Irei distribuir aos deputados municipais a resposta, entretanto, dada sobre o assunto e que concentra, no essencial, todos os dados desta questão."-----

Restam apenas duas pequenas notas."-----

A primeira é insistir que a consolidação da vegetação é absolutamente necessária e imprescindível para a viabilização de uma futura intervenção. Todos os anteriores projetos não tinham cabimento no âmbito dos condicionamentos impostos pela Agência Portuguesa do Ambiente, porque integravam construções e infraestruturas não atendíveis e rejeitadas pela referida Agência. A autarquia adaptou o projeto dando-lhe uma nova configuração absolutamente distinta, e finalmente ele mereceu a validação daquela entidade. Trata-se de uma intervenção visando fundamentalmente dar um ar mais digno àquele espaço."-----

Quanto à Bandeira Azul, nada tem a ver com esta questão, é uma situação pendente, relacionada com a contratação dos nadadores salvadores pelo concessionário da praia. Concluiu-se recentemente um curso de formação de nadadores salvadores, sendo, portanto, expectável este problema venha a ser solucionado nos próximos dias. De qualquer modo, o Município está atento."-----

Para concluir e porque foram feitas imputações ao Vereador António Tavares inerentes à coerência na sua atividade política, pedia autorização ao Presidente da Assembleia Municipal para lhe dar a palavra, permitindo-lhe prestar os esclarecimentos necessários."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador António Tavares.-----

VEREADOR ANTÓNIO TAVARES: "Saúdo e registo a forma respeitosa como o Munícipe Miguel Amaral se dirigiu a esta Assembleia Municipal, bem distinta da sua última intervenção nesta sala, a qual motivou, na altura, a minha resposta que, pelos vistos, tanto o incomodou."-----

Lamento o facto de os munícipes aqui virem expor as suas questões, pedir esclarecimentos, fazer acusações graves e depois, não aguardarem pelas respostas. Passando ao assunto em discussão, continua-se a confundir a limpeza/lixo do areal com a vegetação ali existente."-----



Poderei distribuir aos deputados municipais algumas imagens do areal onde não se vê lixo, vê-se vegetação. As imagens são recentes, foram colhidas em várias partes do areal, e não podemos estar a falar em limpar e em lixo.-----

Pode ver-se nestas imagens a vegetação despontando naturalmente no areal, e em relação a essa matéria nunca o Município Miguel Amaral me ouviu criticar a Câmara por não preceder à sua retirada, porque sempre fui a favor da manutenção da vegetação própria do areal. Já quanto aos resíduos deverá certamente ter lido alguns escritos meus a esse propósito.-----

Não fiz qualquer adjetivação em relação à tal viatura que circulou pela cidade, limitei-me apenas a constatar o facto. Também não aluguei nenhuma camioneta para promover qualquer manifestação em frente ao hotel. Aliás, eu estive com muitos cidadãos junto à zona verde da Ponte do Galante, justamente em frente à dita viatura.-----

Quando o Presidente da Câmara me remeteu a petição para análise, limitei-me a conferir o número de assinaturas apostas no documento, tendo verificado serem, salvo erro, 1256 e não as 2.000 divulgadas. Ora, de 1.256 para 2.000 é uma diferença substancial. Mencionei o facto, tendo-me sido dito depois existirem mais assinaturas em carteira para posterior entrega nesta Câmara.-----

Desconheço se isso aconteceu, mas de qualquer forma, na Reunião de Câmara em que foi entregue a petição não constavam 2.000 assinaturas, contando-se apenas 1.256.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Município Aníbal Martins, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins.-----

ANÍBAL MARTINS: “O Presidente Câmara Municipal da Figueira da Foz, seguindo as passadas do seu correligionário do partido (PS) Basílio Horta da na Câmara de Sintra assinou, no dia 12, um acordo coletivo com a estrutura amarela Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, da UGT, que novamente se disponibiliza para trair os trabalhadores e que teve a participação do Secretário de Estado da Administração Pública.-----

O STAL sindicato nacional dos trabalhadores da administração local em representação de um vasto número de trabalhadores desta Autarquia, sentiu a necessidade de colocar a esta Assembleia Municipal o retrocesso civilizacional dado no passado dia 12 para o qual apesar de todos esforços, não tem obtido respostas por parte da Câmara Municipal. Assim solicitamos a V. Ex.ªs que no âmbito das competências



vos foram atribuídas pelo voto popular aprofundem o esclarecimento junto da Câmara Municipal e promovam a intervenção que entendam por necessária no sentido da resolução deste perfeito embuste tripartido Câmara/Governo e a pseudo organização sindical Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública da UGT.-----

Os termos do acordo incluem o banco de horas e a adaptabilidade, mecanismos destruidores do direito fundamental ao horário de trabalho, que colocam o trabalhador inteiramente à mercê do livre arbítrio do empregador, em qualquer período do dia, da semana ou do ano.-----

Mas para além de ser contrário aos interesses dos trabalhadores, o acordo representa também um ato de submissão e vassalagem ao Governo.-----

Na realidade, a sessão só se realizou porque o Presidente da Câmara, Dr. João Ataíde, se disponibilizou a renovar um acordo já assinado há meses, com a única diferença de agora incluir também a rubrica do secretário de Estado.-----

Braço dado com o Governo-----

Ora, só a vontade de dar o braço ao Governo pode justificar este comportamento, que, claramente, atenta contra a dignidade do poder local democrático e a sua autonomia constitucional.-----

Recorde-se a propósito que o Tribunal Administrativo de Lisboa declarou ilegal a pretensão do Governo de intervir como parte nos acordos entre as autarquias e os trabalhadores.-----

Na sua sentença datada de 30 de abril último, o Tribunal acrescenta, por outro lado, que a imposição da assinatura do ACEP por um membro do Governo, «para que o acordo coletivo seja eficaz», põe em causa o direito de contratação coletiva, consagrado [na Constituição] como direito, liberdade e garantia dos trabalhadores». O Tribunal afasta «em absoluto a sujeição das autarquias locais e superintendência hierárquica do Estado», e exclui explicitamente a «possibilidade de o Governo intervir, como parte, nos acordos celebrados entre as autarquias locais (ou as regiões autónomas) e os seus trabalhadores».-----

O STAL, entregou nesta Assembleia Municipal no ano passado, no dia 13 de novembro ao Sr. Presidente Dr. António Tavares um abaixo-assinado com mais de 300 assinaturas a exigir a assinatura do acordo com o STAL sem o banco de horas nem a adaptabilidade, esmagadora a vontade dos trabalhadores de não terem a desregulamentação do horário de trabalho.-----

Onde está a Democracia?-----

O STAL é o Sindicato maioritário da Autarquia representando mais de 70% dos



trabalhadores sindicalizados!-----

O Sr. Presidente disse-nos no dia 17 de outubro "vou assinar com o outro sindicato, eles são muito razoáveis, com um banco de horas, se quiserem assinam também, se não quiserem nada feito".-----

Afinal quem é intransigente?-----

O STAL reitera que o banco de horas e a adaptabilidade constituem uma clamorosa violação dos direitos laborais e o regresso a algo já muito próximo da escravatura, já que o trabalhador deixa de poder organizar a sua vida pessoal e familiar, e programar os seus tempos de recreio e lazer.-----

Mas é também um atentado contra os interesses económicos dos trabalhadores, uma vez que, com o banco de horas e a adaptabilidade, a autarquia deixa de pagar o valor das horas extraordinárias.-----

O STAL lembra que a introdução do banco de horas e da adaptabilidade só é possível caso existam organizações (sindicais) dispostas a trair os interesses dos trabalhadores e eleitores autárquicos que pretendam contribuir para o aumento da exploração.-----

O STAL repudia a atuação do Governo e da sua Secretaria de Estado da Administração Pública, que, à revelia da lei e das decisões dos tribunais, continua a bloquear mais de 600 ACEP assinados pelo STAL com as autarquias, e procura impor as sua «regras» às autarquias.-----

Estes atos constituem um atentado ao Estado de Direito e um claro abuso de poder, como aliás consta da queixa-crime já apresentada pelo STAL.-----

O STAL vai continuar a lutar pela assinatura de um acordo justo para os trabalhadores, que respeite os seus direitos e que garanta a defesa do Poder Local, pilar essencial da nossa Democracia, rejeitando a intromissão do Governo nos acordos coletivos de trabalho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Congratulo-me pelo facto de termos assinado um acordo com os trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e o Sindicato Profissional dos Bombeiros Municipais para repor as 35 horas, concluindo deste modo o processo legislativo a que estávamos obrigados.-----

Desde que saiu a lei que fixou as 40 horas semanais, portanto numa fase inicial, invocando o princípio de autonomia do Poder Local, nós mantivemos as 35 horas. Foi essa a visão partilhada por todos os municípios. Era entendimento que seria necessária uma portaria para extensão dos acordos que se viessem a fixar e houve



também uma apreciação por parte da Procuradoria Geral da República sobre a constitucionalidade das 40 horas semanais.-----

Concluiu o Tribunal Constitucional que a lei que fixava as 40 horas não padecia de inconstitucionalidade, deixando, contudo, em aberto a possibilidade do poder local manter o regime excecional das 35 horas, desde que devidamente articulado entre Município, Sindicato e Governo.-----

Na altura demos início ao processo de consultas e recebemos todos os sindicatos. Porque não havia outra interpretação possível, repusemos as 40 horas e iniciamos o processo de negociação com os Sindicatos. Entretanto, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins interpôs uma Providência Cautelar para repor as 35 horas de imediato, mas perdeu a ação, o que solidificou a nossa posição e nos obrigou a manter as 40 horas.-----

Continuamos todo o processo de negociação e remetemo-lo em tempo útil ao Governo. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins na negociação demarcou-se, e afirmou não ter nada a negociar.-----

Aliás, o acordo não é mais que a consagração de uma prática que os trabalhadores já vão fazendo e amplamente consensualizada nesta casa. Portanto, depois de concluído o processo de negociação, remetemo-lo ao Governo para homologação, conforme determinava o Acórdão do Tribunal Constitucional.-----

O Governo, a Administração Central e o Secretário de Estado da Administração Pública, teceram vários considerandos a que fomos dando resposta e, finalmente, deu nota que queria estar presente na assinatura do acordo. E também no espírito da interpretação da Lei, entendemos que devíamos aceitar a assinatura, posto que o Acórdão impõe a intervenção tutelar da Administração Central, por beliscar com as questões do orçamento e da dívida pública. Assim, em ato único assinamos, nesta sala, o acordo e, neste momento, fico particularmente satisfeito pelos trabalhadores poderem ter o período normal semanal de 35 horas. O paradoxo desta questão é estarmos nós a assinar o acordo e estar o STAL lá em baixo a reivindicar as 35 horas.-----

Fiquei particularmente incomodado e ainda aguardo uma justificação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins sobre a forma injuriosa como aqui se manifestaram. Julgo que não terá sido o subscritor desta intervenção a proferir as palavras injuriosas,



mas de qualquer forma aguardo que me seja dada a necessária justificação.-----
Com a vontade consensualizada dos trabalhadores a duração do horário de trabalho
semanal é, agora, de 35 horas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO SOBRE «A CIRCULAR EXTERNA À VILA DE QUIAIOS»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Fernanda Lorigo.-----

MARIA FERNANDA LORIGO: "No momento em que se discute a 5.ª alteração ao Plano
Diretor Municipal da Figueira da Foz, é imperioso que, na qualidade de Presidente
da Junta da Freguesia de Quiaios, traga a esta Assembleia Municipal a questão da
Circular Externa à Vila de Quiaios.-----

A execução desta via é uma obra estruturante para o desenvolvimento turístico e
económico da Freguesia, prometida ao povo de Quiaios ao longo de sucessivos
mandatos, praticamente por todos os partidos, mas ainda não concretizada até aos
dias de hoje.-----

A realização desta obra não é assim, um capricho de uma Presidente ou um sonho
utópico de um povo. Antes pelo contrário, é uma obra estudada, com viabilidade
económica e que, do ponto de vista dos órgãos autárquicos da freguesia, goza da
vontade política unânime de todos os elementos eleitos na atual Assembleia de
Freguesia.-----

A Circular Externa deve constar do Plano Diretor Municipal não como obra a estudar,
porquanto, como é do conhecimento público, já está mais do que estudada. E não me
parece minimamente razoável arrastar o processo em sucessivos estudos, durante
mais dez anos, o tempo de vigência do novo Plano Diretor Municipal.-----

A obra deve ser executada logo que seja financeiramente possível, porque acredito
existir vontade política na sua concretização, e por isso mesmo, deve constar no
Plano Diretor Municipal.-----

Reforço esta posição, com a Moção apresentada na Assembleia de Freguesia de
Quiaios, aprovada por unanimidade na sessão do passado dia 27 de junho, subscrita
pelo executivo da Junta de Freguesia, que passo a ler:-----

«Ao longo das últimas três décadas tem sido discutida e prometida à população de
Quiaios uma circular externa à Vila de Quiaios que facilite o acesso à Praia de
Quiaios.-----

Estas promessas têm sido feitas por praticamente todos os candidatos a órgãos
autárquicos quer a nível municipal quer a nível da freguesia.-----



É entendimento de toda a população, que boas condições de acessibilidade à Praia facilitarão o fluxo de trânsito no centro de Quiaios, e impulsionarão o desenvolvimento da Praia de Quiaios, sendo por isso considerada uma via estruturante para a freguesia, dado o peso que esta Praia tem na sustentabilidade financeira da freguesia bem como da sua população.-----

No mandato autárquico transato, houve um esforço por parte da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia, bem como da Câmara Municipal, para que este processo finalmente se concretizasse. No fim do mandato foi dado conhecimento à Assembleia que o processo estava pendente por necessidade de um parecer de impacto ambiental a realizar pelos técnicos da Câmara Municipal.-----

Aquando da elaboração da 5ª Revisão ao PDM de Quiaios, esta Assembleia propôs que a circular externa integrasse este Plano, e esta mesma sugestão foi enviada à Câmara Municipal.-----

Porém, em consulta pública à 5ª Revisão do PDM, esta via estruturante surge com o estado «a estudar», num plano que tem uma vigência de 10 anos.-----

Pelo exposto, os elementos eleitos por todos os partidos políticos à Assembleia de Freguesia de Quiaios deliberam:-----

- Mandatar o Executivo da Freguesia de Quiaios para apresentar esta Moção na Assembleia Municipal da Figueira da Foz, a fim de que a mesma seja discutida.---
- Exigir que a circular externa à Vila de Quiaios integre o PDM de forma definitiva, e que esta via estruturante seja executada o mais rápido possível.-----
- Enviar a deliberação desta Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e restantes vereadores, e para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Ana Carvalho Oliveira.-----

VEREADORA ANA CARVALHO OLIVEIRA: "Deve haver aqui uma confusão qualquer. O que vai ser votado nesta assembleia é a 5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal, e essa alteração não prevê esta questão da variante. A variante externa vai ser prevista na Revisão do Plano Diretor Municipal, também em curso há quase um ano, e cuja conclusão prevemos para junho do próximo ano, devendo ser presente numa sessão desta Assembleia Municipal.-----

A reunião realizada em Quiaios onde se pediram pareceres, a vossa opinião e a vossa contribuição, visava a revisão do Plano Diretor Municipal e, obviamente, a variante de Quiaios, todos nós a consideramos importante, não sabemos é quando deverá ser implementada.-----



Esta alteração, agendada para hoje na Ordem de Trabalhos, resume-se a questões muito pontuais, uma alteração do texto, e a uma alteração da planta num determinado local.-----

Aproveito para informar esta Assembleia Municipal que no dia 14 de julho será feita a segunda reunião plenária da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal. Até ao final do ano ainda ocorrerá uma terceira reunião plenária, e no próximo ano está prevista a quarta reunião plenária com as 27 entidades que têm de opinar acerca da nossa revisão ao Plano Diretor Municipal. - Portanto, creio ter-vos dado nota do ponto da situação em relação a esta questão."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Fernanda Lorigo.-----

MARIA FERNANDA LORIGO: "Tal como a Vereadora Ana Carvalho Oliveira referiu esta alteração ao Plano Diretor Municipal resume-se a questões muito pontuais, a uma alteração do texto. Então, eu proponho que o texto desta alteração fosse alterado e em relação à variante externa de Quiaios se retirasse a menção «a estudar», porque ela está mais do que estudada. Seria só uma pequenina alteração de texto!"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu julgo ser uma questão de semântica. Da nossa parte, temos o propósito de acompanhar o sentido da Moção. Obviamente, isso não é possível nesta alteração ao Plano Diretor Municipal em curso, pois seria claramente contra a lei. As alterações praticamente têm só um sentido esclarecedor e uma aproximação às condicionantes dos Planos Nacionais, nada mais que isso. A variante externa traduz-se numa alteração radical, daí passar necessariamente pela Revisão.-----

Portanto, acompanhamos o sentido da Moção da Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios, mas não podemos alterar o texto porque, de facto, a variante externa está em fase de estudo. O compromisso que assumimos perante a Freguesia e perante a Assembleia Municipal é de que vamos inscrever este objetivo no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Confesso que não percebo muito bem esta questão de semântica. Percebo o que é uma Revisão do Plano Diretor Municipal, e percebo o que é uma alteração ao Plano Diretor Municipal, agora, não me parece que seja uma questão de semântica a menção "a estudar". A variante a Quiaios é, ou não, uma opção?-----

Esta moção afirma que a Câmara estará à espera de um parecer técnico de impacto ambiental a realizar por técnicos do Município. Este parecer já está feito? Ou,



não está feito?-----
Nós fomos aqui convidados a votar uma moção e, portanto, não sei se os deputados dos outros grupos municipais estarão ou não, de acordo comigo, mas temos de perceber de facto o que vamos votar. O Presidente da Câmara disse acompanhar a moção no sentido de incluir a questão da variante externa de Quiaios na Revisão do Plano Diretor Municipal, e o grupo municipal da Coligação Somos Figueira gostaria de saber se vamos, efetivamente, votar uma moção que defende a construção de uma variante tão importante para a Freguesia de Quiaios, para o Concelho e para a região.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Relativamente a esta questão e após as explicações elucidativas que nos foram dadas quer pelo Presidente da Câmara, quer pela Vereadora Ana Carvalho Oliveira, entendemos estar devidamente aceite a pretensão desta moção. - Porém, a inclusão da variante externa nesta alteração ao Plano Diretor Municipal seria claramente ilegal, aliás, extravasaria a própria competência desta Assembleia Municipal por não ter passado primeiro pela Câmara Municipal.-----
Portanto, o Presidente da Câmara disse, e bem, ser pretensão deste executivo incluir efetivamente essa circular externa na Revisão do Plano Diretor Municipal também a decorrer. Agora, não tem lógica nenhuma, estar-se a votar uma moção que, no nosso entendimento, elabora não direi um erro, mas um certo lapso de interpretação urbanística ou legal. De todo o modo, também não me parece que seja intenção de quem apresentou esta moção que a mesma seja votada, porque se pede apenas que a mesma seja discutida. Assim, não vejo necessidade de se estar a votar uma coisa cuja votação não foi requerida.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Confesso-me perplexa com a intervenção do líder do grupo municipal do Partido Socialista, quando decididamente o seu intuito é afastar da votação esta moção, que já passou e foi filtrada pela Assembleia de Freguesia de Quiaios, onde foi aprovada, por unanimidade, por todas as forças políticas aí representadas.-----

Entretanto, eu também percebo alguma coisa de semântica e de sintaxe, e o que a Assembleia de Quiaios deliberou, foram três pontos: - mandar o executivo da Freguesia, para apresentar a moção na Assembleia Municipal, a fim que a mesma fosse discutida, e é o que está a acontecer. - Exigir que a circular externa à Vila de Quiaios integre o Plano Diretor Municipal de forma definitiva e que esta



via estruturante seja executada o mais rápido possível, e não demorando aqueles dez anos a que já se referiu a deputado municipal Fernanda Marques Lorigo. - E, finalmente, enviar a deliberação da Assembleia ao Presidente Câmara, aos restantes Vereadores e ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

Preocupa-me que haja aqui uma tal aflição legislativa, aliás não é legislativa é de legalidade, na medida em que na última Assembleia tivemos aqui atropelos à legalidade que acabaram por ser circundados após andarmos à volta deles. Hoje, temos aí outra coisa que também me parece que acabará por ir no mesmo caminho e, entretanto, temos o Titanic construído ao abrigo de uma alteração do Plano Diretor Municipal que, segundo o Diário da República da época, é ali em baixo na Marinha das Ondas. Ficamos todos a saber que Marinha das Ondas é ali na Ponte do Galante!!! Agora, quando uma população reclama há anos e anos, porque isto é um assunto velho e revelho, que se construa rapidamente a circular externa à Vila de Quiaios, eu não percebo a razão de estarmos a criar engulhos à votação. E aí claramente e sem vergonha, de olhos nos olhos, porque somos todos livres, cidadãos adultos, e imagino que responsáveis, daremos a nossa opinião sobre este assunto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “A circular externa de Quiaios, é uma antiga e persistente reclamação/reivindicação dos Quiaenses representados pelos diversos executivos das diversas cores políticas que têm passado por Quiaios.-----

A variante está marcada no terreno, nunca foi possível executá-la, creio que apenas por dificuldades financeiras, mas eu também subscrevo a intervenção da Presidente da Junta, porque para o desenvolvimento futuro de Quiaios esta obra é imprescindível.-----

A questão é esta - eu não sei se ela pode ser feita sem uma alteração ao Plano Diretor Municipal, ou não? Em meu entender, introduzi-la agora não me parece correto e, portanto, das duas uma, ou teremos uma 6.ª alteração ao Plano Diretor Municipal onde ela possa ser devidamente incluída, ou o executivo toma uma decisão política e traz aqui a 6.ª e última alteração ao Plano Diretor Municipal.-----

Parece-me ser hoje unanimemente reconhecido que todas as Juntas de Freguesia já se pronunciaram sobre todas as alterações que pretendem ao Plano Diretor Municipal e já todas disseram o que querem ver incluído e excluído do mesmo. Até pode parecer, e eu tenho a certeza que não é, que são fretes que se fazem a alguém, revisões feitas a pedido de interesses estabelecidos no Concelho.-----

Ou seja, subscrevo a intervenção da Presidente da Junta, é uma obra muito



importante, merece que sejam dados passos muito objetivos no sentido de a executar e, se for necessário, o importante é que nós possamos vir aqui antes que a vontade esmoreça, porque qualquer dia entramos em pré-campanha eleitoral e depois a vontade de rever o Plano Diretor Municipal pode enfraquecer. Portanto é importante avançarmos para a revisão do Plano Diretor Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Não nos causa qualquer incómodo, nem vamos colocar qualquer entrave à votação desta moção. Contudo, não conseguimos discernir bem qual o intuito desta votação, isto é, o que se quer ver votado nesta moção.-----

O que aconteceu é que, face aos esclarecimentos da Vereadora Ana Carvalho Oliveira quanto à questão da alteração revisão do Plano Diretor Municipal, uma questão de suma importância, entendemos que poderíamos não votar esta moção.-----

Porém, se efetivamente o sentido da moção for que se deve votar a importância extrema da circular externa para a Vila de Quiaios, para o desenvolvimento turístico da sua praia, e que essa obra é essencial e deve ser integrada, o mais rapidamente possível, na próxima revisão do Plano Diretor Municipal em curso, obviamente votaremos a favor. Mas não me pareceu que assim fosse...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O executivo municipal nada tem a opor à Moção, pelo contrário, subscreve-a na íntegra. Não tenham dúvidas, o executivo municipal defende a execução da Variante de Quiaios.-----

Poderei, entretanto, dar aqui nota das démarches entretanto desenvolvidas neste processo.-----

Em setembro de 2011, obtivemos um parecer favorável condicionado da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sem parecer do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, por atraso desta entidade. Em outubro do mesmo ano, aquele Instituto verificando a necessidade de elaborar uma avaliação de incidências ambientais, emitiu um parecer.-----

No ano de 2012, em outubro, foi concluído e entregue na Câmara Municipal da Figueira da Foz o desenvolvimento do relatório de avaliação de Incidências Ambientais, elaborado pela Ecogestus.-----

Em abril de 2013, recebeu-se o parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (antigo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), e no mês de setembro, a Câmara Municipal da Figueira da Foz submeteu novo pedido na plataforma eletrónica da Comissão de Coordenação e



Desenvolvimento Regional do Centro, reunindo todos os documentos e pareceres das entidades envolvidas, tendo em vista a emissão do parecer conjunto. Em novembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro respondeu, informando da necessidade de ser apresentado novo requerimento face às alterações introduzidas à legislação em vigor.-----

Ainda em 2013, verificou-se que a planta parcelar necessitava de algumas alterações, a serem vistas pontualmente com os proprietários, depois de identificados. O cadastro dos proprietários ainda está por realizar em quase toda a totalidade da via projetada, e carece do envolvimento do Presidente da Junta de Freguesia. Na altura, o autarca prontificou-se a colaborar na identificação dos proprietários em conjunto com o topógrafo António Luis. No entanto, não houve desenvolvimento neste processo e nada foi realizado pelos serviços municipais de Património.-----

Neste momento, torna-se necessário solicitar novamente parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, dar andamento ao processo de aquisição de terrenos, retificar a planta parcelar, e elaborar o projeto de execução do projeto viário quanto ao traçado em planta e aos perfis, longitudinal e transversais, e respetivos projetos de especialidade (rede de esgotos pluviais, águas, iluminação pública, pontões, etc.).-----

Como puderam ouvir, o Município da Figueira da Foz já executou parte das tarefas necessárias à conclusão deste processo, demonstrando inequivocamente a sua concordância com esta Moção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Três notas muito rápidas.-----

Em primeiro lugar a Coligação Somos Figueira congratula-se com a indicação de junho de 2016, como nova data para a apresentação da Revisão do Plano Diretor Municipal. Isto era uma promessa do primeiro mandato do Presidente da Câmara, já vamos em metade do segundo, e agora fica para junho de 2016. Ficamos a aguardar! Em segundo lugar, vou ficar com alguma curiosidade em relação à autêntica «cambalhota» magistralmente dada pelo deputado municipal Dr. Nuno Melo Biscaia, vénia lhe seja feita, entre a primeira e a segunda intervenção deste ponto. Ainda bem que há gravações, porque vou ficar com alguma curiosidade em relação ao texto da ata.-----

Em terceiro lugar, a Coligação Somos Figueira não obteve resposta em relação ao parecer do impacto ambiental realizado pelos técnicos da Câmara Municipal da



Figueira da Foz.-----

Já agora, gostaria de saber a data deste documento, porque a última referência é o ano de 2013, e já estamos em junho de 2015. De facto, anda-se devagarinho!!!”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Não tenho mais nada a esclarecer. Obviamente, houve um retrocesso da legislação em vigor, e isso tem acontecido sistematicamente quando se desenvolvem processos de revisão dos Planos Diretores Municipais. Não é novidade nenhuma no país. Pouco a pouco, a conta-gotas lá vão saindo alguns Planos Diretores. A Câmara Municipal da Figueira da Foz está a fazer as démarches e os procedimentos necessários, está com este projeto, tem necessariamente, depois de obtido o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, iniciar o processo de expropriação. Há 27 entidades envolvidas no processo do Plano Diretor Municipal. Não é o executivo municipal a complicar o processo, são estas entidades a complicá-lo, mas o percurso tem de ser feito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Ninguém de bom senso consegue colocar em causa a necessidade e utilidade da construção da Circular Externa de Quiaios, uma obra desejada e esperada ao longo de muitos anos, cujo lamento pela sua não concretização vai crescendo de valor, consoante os anos vão passando e a ansiedade e o desejo vai ganhando corpo.”-----

Todos estamos de acordo em relação a isto. Quanto à Moção, o deputado Nuno Melo Biscaia leu o texto da mesma e bem, onde se pede que ela seja debatida na Assembleia Municipal. O debate aconteceu, estamos todos de acordo e a Câmara Municipal demonstrou estar empenhada no processo, e isso é patente na gravação. A sua votação ou não neste órgão, deverá ser decidida pelo Presidente da Assembleia Municipal.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “A Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios deverá esclarecer-nos se pretende ou não a votação desta Moção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “De facto, todos estamos de acordo, inclusive a Câmara Municipal, mas a Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios deseja levar um «conforto» aos seus fregueses, á sua Assembleia de Freguesia, dizendo-lhes que o assunto foi discutido nesta Assembleia Municipal e a Circular Externa de Quiaios será uma realidade, não sabemos é quando.”-----

Por mim, a Moção deve ser votada.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Estamos todos de acordo com a importância da Variante de Quiaios, que devem ser dados passos objetivos na sua construção, e se for necessário integrá-la no Plano Diretor Municipal.-----

Porém, do meu ponto de vista, parece-me absolutamente desnecessária a votação desta Moção, no entanto se o quiserem fazer eu votá-la-ei favoravelmente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação da Moção.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar a moção subscrita por todos os membros da Assembleia de Freguesia de Quiaios e apresentada pela deputada municipal Maria Fernanda Lorigo, exigindo que a Circular Externa à Vila de Quiaios integre o Plano Diretor Municipal de forma definitiva, e seja executada o mais rápido possível. Deliberação aprovada em minuta.-----

B - DISTINÇÕES HONORÍFICAS - ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE ALTRUÍSMO À LUSIAVES-INDÚSTRIA E COMÉRCIO AGRO-ALIMENTAR, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Em relação às distinções honoríficas e à atribuição de medalhas pelo Município da Figueira da Foz, gostaria de fazer algumas considerações.-----

A Coligação Democrática Unitária regozija-se com o reconhecimento feito à prática e condição desportiva, realçando a ação desenvolvida com persistência e entusiasmo pela Sociedade União Operária dos Vais, e pelo seu diretor técnico.-----

De igual modo, vê com agrado o reconhecimento do mérito de dirigentes associativos do Concelho, mercê do seu trabalho e empenho.-----

Também se satisfaz pelo gesto de simpatia, apreço e gratidão, relativamente aos funcionários que serviram esta Câmara Municipal e passaram, recentemente, à situação de aposentados.-----

Mas, a Coligação Democrática Unitária repudia vivamente a medalha atribuída à empresa Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., repúdio esse alargado pela natureza da distinção - medalha de altruísmo.-----

Não fosse o caso de se estar a exorbitar este sentimento, a Coligação Democrática



Unitária resolveu consultar dois conceituados dicionários de Língua Portuguesa. No dicionário Priberam, encontrou para a palavra altruísmo a definição «inclinação para procurarmos obter o bem para o próximo». No da Porto Editora recolheu uma «profusão», passe o exagero, de definições sobre o mesmo vocábulo, desde «sentimento de interesse e dedicação por outrem», «doutrina moral, segundo a qual o bem consiste no interesse pelos nossos semelhantes», «filosofia, doutrina, que considera a dedicação aos outros como norma suprema de moralidade», a «abnegação». Em qual destas definições ou parâmetros se enquadra a referida empresa?----- Como já se referiu na sessão anterior desta Assembleia Municipal, esta é uma empresa que, segundo consta «à boca cheia», maltrata os direitos dos seus trabalhadores no que a salários e condições de trabalho diz respeito, nomeadamente, atropelando frequentemente os horários de trabalho contratualizados.----- Será esta medalha uma espécie de «prémio» pelo que aqui se discutiu em 30 de abril? A violação inequívoca do Plano Diretor Municipal, sem que daí adviesse qualquer coima ou custo para a empresa, culminando agora com o «carimbo» de «altruísta»?! Os contornos deste processo deixam sempre na Coligação Democrática Unitária uma grande perplexidade e preocupação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas constatando a necessidade da construção duma nova escola na freguesia, apresentou como solução, face às dificuldades financeiras sentidas pela Câmara Municipal, a hipótese de uma comparticipação da empresa Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. no valor de 120 mil euros, tendo o Município aceite.----- Em meu entender, as empresas têm compromissos sociais também nas áreas sensíveis abordadas pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, e esta comparticipação apareceu também como uma forma de compromisso social.-----

A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz reafirmou a sua posição ideológica, porquanto situações de facto não foram retratadas, salvo aquela questão do impacto ambiental, a qual está a ser regularizada nos termos da lei, por forma a possibilitar crescimento e desenvolvimento no Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Qualquer pessoa ou qualquer empresa terá comportamentos mais positivos ou mais negativos. Nem toda a gente faz sempre bem, nem toda a gente faz sempre mal.-----

Apreciei também o gesto, a decisão, a atitude importante da Lusiaves- Indústria e



Comércio Agro-Alimentar, S.A. relativamente a Marinha das Ondas, e felicito a Junta de Freguesia por isso.-----

Todavia, permito-me lembrar os compromissos assumidos por esta mesma empresa em relação à freguesia de Lavos, e que até à data, ainda não foram cumpridos.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento-----

C - SÃO JOÃO NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: “Terminadas que estão as festas de S. João na Figueira da Foz, a Coligação Somos Figueira considera que o executivo não pode estar completamente satisfeito com o impacto dos festejos na cidade, uma vez que para o cidadão comum que se deslocou à nossa cidade à procura de muita animação, regressou a sua casa dececionado. Senão vejamos:-----

- Quem, ao longo do dia 23 de junho, chegava à cidade da Figueira da Foz, deparava-se com uma cidade parca de luz e som. Aquilo que fascina os visitantes das cidades consideradas animadas, nesta quadra, estava muito ténue: não havia música nas principais artérias da cidade, o que quebrava, desde logo a animação expectável;

- As marchas, embora com uma qualidade, em alguns casos, superior aos anos anteriores, o seu desfile acabou por entediar as pessoas, que esperaram muito tempo na berma da estrada, para ver passar a próxima marcha. Conclusão, a última marcha desfilou já perto das 2 horas da manhã. Muitos pequenos marchantes já iam quase a dormir, e a dormir estavam as crianças da assistência que iam obrigando os pais a abandonar o recinto, sem terem assistido a todo o desfile. Por sua vez, os adultos que vieram ao S. João da Figueira, chegados de outros concelhos, não puderam esperar e regressaram, uma vez que no dia seguinte tinham de ir trabalhar (pois na maioria dos concelhos limítrofes o dia 24 de junho não é feriado).-----

- Por fim, consideramos algo discutível a alteração de local do lançamento do fogo-de-artifício, que dispersou as pessoas ao longo da avenida e na zona do forte, fusing e Gala, retirando-as do ponto nevrálgico habitual da festa. Por outro lado, os valentes resistentes, que permaneceram no local à espera do espetáculo pirotécnico, eram cerca das 2,30 horas uma mostra residual daqueles que haviam passado pela Figueira. O fogo, por seu turno, embora tivesse uma duração razoável, não teve a espetacularidade exigida para uma noite, que é a mais emblemática das festas da nossa cidade.-----

No próximo ano, o S. João será novamente a um dia de semana, por isso não devemos cair nos mesmos erros, se queremos atrair visitantes à nossa cidade.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Pois eu sou de opinião absolutamente contrária.-----

O S. João foi muitíssimo variado e rico, teve imensas atrações e um programa de qualidade. Tive oportunidade de falar com muita gente que se mostrou profundamente agradada.-----

Foi oferecido um espetáculo musical extraordinário pelo José Cid, onde estiveram milhares de pessoas. A Figueira da Foz teve milhares de visitantes. As marchas foram lindíssimas e em maior quantidade. É evidente que fizeram a evolução em três locais e isso atrasou um bocado a passagem das marchas, mas estes são imponderáveis, porque com três pontos de referência para evoluírem, nunca se sabe muito bem o tempo que demora a passar uma marcha.-----

Foi tudo muitíssimo bonito as Festas da Cidade ainda não terminaram, há muitos mais programas até dia 05 de julho, como a 2.ª parte da Feira das Freguesias, uma parada de fanfarras, etc.-----

O tempo ajudou, as pessoas ficaram encantadas, houve música em várias artérias da cidade e bailes com muita animação.-----

No cômputo geral as pessoas fizeram um bom trabalho e estão de parabéns, mas procura-se sempre melhorar, e decerto o Presidente e o seu executivo tomaram notas das arestas a limar para o próximo ano."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAS SOUSA: "De facto, eu não me referi à noite da atuação do José Cid, mas sim à noite de São João e dos aspetos que poderão ser melhorados."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Não ficarmos satisfeitos com as coisas é sinal que estamos com vontade e temos ideias para melhorar. Nem tudo correu bem, é verdade. Mas o sentimento generalizado é que a Figueira da Foz esteve animada, com muita gente, e o seu comércio e a zona dos bares tiveram muita afluência de clientes. -----

Em minha opinião, o saldo é positivo, mas registo esta vontade de melhorar. Mau seria dizer-se a Figueira da Foz não teve nada.-----

O novo local escolhido para o desfile das marchas é excelente. Concordo haver coisas a melhorar, nomeadamente o desfile das marchas não precisará de tanto espaço, porque isso acaba por dispersar o público presente e diminuir a qualidade da sonoridade.-----

Temos de dar os parabéns a quem teve o trabalho de organizar estas Festas de São João e os seus programas ainda em curso até dia 05 de julho."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "A Figueira da Foz esteve animada com alegria e boa participação graças, principalmente, à participação dos grupos da cidade. Não fossem eles, estas Festas tinham sido uma desgraça."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Gostaria de falar um pouco sobre a última intervenção do deputado municipal João Filipe Carronda.-----

Basicamente observa-se na Figueira da Foz um comportamento laxista. A cidade esteve animada, houve muita gente na Figueira da Foz, realizaram-se muitas atividades e eventos, chegou-se ao ponto de se dizer que estiveram 20 mil pessoas no concerto do José Cid!!!-----

Apesar dos meus poucos recursos, eu até pagava para me demonstrarem como é possível concentrarem 20 mil pessoas naquele pequeno espaço! Isto obedece um bocadinho às lógicas estritamente partidárias de hoje em dia, ou seja, concentrar muita gente em espaços pequenos, para parecerem cheios!-----

A iluminação pública só ficou pronta duas ou três horas antes do início das Festas na noite do dia 23.-----

Estas não são só as Festas de São João, são as Festas da Cidade. Façamos um tour muito curto por algumas das Festas da Cidade de alguns Concelhos aqui à volta. Ficariamos assim tão convencidos de ter corrido tudo tão bem? Estiveram cá muitas pessoas, mas voltarão no próximo ano?-----

Porque não se elabora um programa que traga as pessoas não somente à noite de São João, mas umas horas antes, para que lanchem, jantem e pernoitem aqui? Valia a pena discutir este aspeto aqui nesta Assembleia Municipal, e é para isto que chamo a atenção do executivo municipal.-----

Foi afirmado há pouco que o desfile das marchas revelou alguns imponderáveis. Era voz corrente naquela noite em algumas pessoas que as marchas só iriam terminar depois das 02,00 horas da manhã. Portanto, não houve nenhum imponderável, houve opções que algumas pessoas sabiam ir correr mal. Assumam quando as coisas não correm bem e não fiquem com esse autocontentamento que tudo correu bem e ninguém pode criticar.-----

A Coligação Somos Figueira pretende apenas apontar soluções para no próximo ano tudo poder correr melhor, mas para isso é preciso o executivo municipal reconhecer que afinal não correu tudo assim tão bem.-----

Já agora apenas uma nota final, com todo o respeito já estamos fartos do José



Cid."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "A mesma bitola serve para afirmar ter estado mais gente e menos gente. O sentimento de entusiasmo, não pode ser contraditado constantemente com afirmações de tudo ter corrido mal e podia ter sido muito melhor.-----
Há coisas que correram mal, outras têm de ser melhoradas, mas, no seu cômputo geral as Festas do Concelho não correram tão mal quanto isso. Este é o sentimento generalizado.-----

A cidade podia estar mais iluminada, mais alegre, podia ter pais natais a dar pontapés no ar como antigamente, mas os faróis dos carros eram bastantes para iluminar isto tudo.-----

Também não sei se houve mais ou menos gente, e se o espaço junto ao Forte de Santa Catarina comporta ou não 20 mil pessoas.-----

Agora, deputado Teotónio Jesus Cavaco, não podemos ser sempre derrotistas. Segundo a sua opinião as cidades aqui à volta fazem sempre tudo melhor. É certo e até fazem mais porcaria que nós.-----

Certamente iremos corrigir os erros, mas as Festas do Concelho estiveram muito bem."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento-----

D - INSEGURANÇA NO BAIRRO NOVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Carla Ferraz Santos.-----

CARLA FERRAZ SANTOS: "Gostaria de falar sobre a segurança, ou falta dela, na Figueira da Foz, em particular no Bairro Novo. O Bairro Novo é uma zona nobre da cidade, que eu frequento amiúde, principalmente durante o dia, mas o que vejo e ouço dos moradores meus amigos e dos comerciantes conhecidos sobre segurança é assustador.-----

A quantidade de carros arrombados por um número não identificado de senhores que se dão como arrumadores de carros, não tendo qualquer licença para o fazer, e que sabemos terem problemas de toxicodependência e afins, é muito grande. Os automóveis são constantemente assaltados, eles tentam depois estacioná-los em frente a garagens de moradias particulares e quando os donos dessas casas lhes chamam à atenção são ofendidos e insultados de tudo. Isto ocorre diariamente.-----

As pessoas são assaltadas na rua e quando chamam a Polícia de Segurança Pública, é-lhes dito que não podem fazer nada porque não foram apanhados em flagrante delito. Uma senhora de uma pastelaria viu e identificou um determinado senhor



dentro de uma viatura a arrombar o porta luvas, chamou a Polícia de Segurança Pública e mesmo assim esta força policial nada fez porque era a palavra dela contra a palavra do alegado assaltante.-----

Eu, há um mês atrás, estava parada dentro do carro na Rua Bernardo Lopes, à espera que o meu filho saísse da explicação e vi um desses senhores com as partes privadas expostas a urinar-se pelo caminho, com pessoas a passar desde velhinhos a pessoas com crianças. Eu fiz queixa através de email.-----

V. Ex.ªs perguntar-se-ão o que é que isto tem a ver com a Câmara Municipal. O que tem a ver é que eu cresci habituada a ter dois polícias, ou pelo menos um, em frente ao Casino, e portanto qualquer coisa que acontecesse dirigíamo-nos ao tal agente a pedir a sua intervenção. Agora não há agentes naquele local. Estamos no Verão, acredito que haja um bocadinho mais de vigilância, mas no Inverno não há um único agente no Bairro Novo. Se não há no Bairro Novo, há aonde?!-----

Com certeza o Comandante da Polícia de Segurança Pública dirá que luta com a falta de efetivos. Eu acredito, mas volto a perguntar - se não há um efetivo para vir vigiar a zona do Bairro Novo, há para onde?! Só há efetivos para multar? Ou só quando acontecem coisas graves é que aparecem e, mesmo assim, para dizerem que não podem atuar porque não há flagrante delito?!-----

Eu gostava de viver numa cidade onde me sentisse segura na sua zona mais nobre. Outras cidades também têm estes problemas, mas eu vejo polícias lá.-----

Já para não falar do que se passou há poucas semanas junto do Restaurante Andaluz, uma pouca vergonha! As pessoas estavam a jantar dentro do restaurante e um grupo de rapazes baixaram as calças e urinaram diretamente para os vidros do Andaluz."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esta abordagem é cíclica normalmente nesta altura. A Figueira da Foz não tem dimensão de criminalidade, nem expressão em termos de insegurança. É evidente que o relato da deputada municipal corresponde a acontecimentos muito a ver com má educação e atos atípicos suscetíveis de criminalização, mas que não colocam em causa a cidade segura que temos.-----

Normalmente, na época de Verão tenho sempre o cuidado de ter um encontro com o Comandante Regional e o Diretor Geral da Polícia de Segurança Pública para articularmos formas de maior prevenção. Também compreendo a dificuldade que têm porque a Polícia de Segurança Pública envia os seus recursos para locais com maior densidade criminógena.-----

Quero deixar aqui um manifesto de que a Cidade da Figueira da Foz é uma cidade



segura.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - BREVE MEMORANDUM SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS, CULTURAIS E OUTRAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A maior parte dos assuntos que trazemos neste memorandum são itens que vimos repetindo neste mandato e em mandatos anteriores.-----

Começemos por reconhecer que todos nós, decerto, desejamos uma Cidade aprazível e agradável à vista, tratada e acarinhada na sua cultura e no seu património natural e edificado. Neste momento, não temos essa Cidade. Grande número de ruas e vielas encontram-se sujas e descuidadas. Os relvados, especialmente junto a urbanizações, estão nojentos, perdoem-me a dureza do termo. Já aqui foi vastas vezes repetido o que este assunto tem a ver com civismo, e tem de facto! Mas a Câmara não pode demitir-se de encontrar estratégias facilitadoras e mobilizadoras de ação cívica dos seus cidadãos, como sejam o reforço de papeleiras e contentores de lixo, especialmente durante a época balnear em que aumenta significativamente o número de residentes e/ou visitantes e, muito especialmente, a colocação de dispositivos devidamente equipados para a recolha de dejetos canídeos. É este o nojo a que especialmente me refiro.-----

De novo insistimos na colocação da Placa Comemorativa dos 200 anos da Construção do Cruzeiro junto ao chamado «Cemitério dos Ingleses». O Presidente da Câmara já assegurou que estava pronta, mas continua fora do seu devido lugar. Insistimos também na colocação de placa avisadora, interditando o uso como lava-pés, do Espelho de Água. Como as gaivotas não sabem ler, lá teremos que tolerar que achem ser aquele espaço a sua piscina de recreio, mas por motivos de higiene e saúde pública não pode admitir-se que as pessoas utilizem aquele sítio lindíssimo como se de água corrente se tratasse, chegando ao cúmulo de banhar bebés lá dentro, como lamentavelmente já pude assistir.-----

Teimamos e teimaremos na colocação de uma pequena inscrição sobre a personalidade de Nelson Mandela esclarecedora especialmente para as gerações mais jovens.-----

Outra repetição - por favor, tomem providências em relação ao buraco do ex-Mercado novo, antes que algo de ruim possa suceder. Última insistência, e esta deveras importante: mais uma vez afirmamos a necessidade de serem criados transportes até mais tarde, pelo menos, durante a época estival.-----

Finalmente, coisas novas. É manifesta a necessidade de serem colocadas mais cabines telefónicas públicas em várias artérias e espaços da Cidade e, se possível, também



nas Freguesias que ainda as não possuem.-----
No Largo de Santo António existe um Freixo centenário. Terá 400 anos e foi classificado como espécime vegetal protegido durante o mandato do falecido Eng.º Duarte Silva. Trata-se de uma árvore lindíssima que tem de ser protegida, não só pela sua vetusta idade e beleza, mas também porque é um exemplar único com estas características, lamentando-se que apresente já sinais de degradação interior. Está a ficar oco. Não averiguamos se o local é domínio público ou privado, mas também tal facto será irrelevante. Num caso desta natureza, a Câmara Municipal tem sempre uma palavra forte a dizer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Registamos a intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, pedindo-lhe que nos facultasse o documento que leu.-----
Haverá certamente coisas com que discordamos, outras não serão possíveis, mas estamos dispostos a analisar o documento."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - SAUDAÇÃO AO SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Os deputados municipais da Coligação Democrática Unitária saúdam vivamente os companheiros do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins que hoje aqui se encontram presentes nesta Assembleia. Manifestam publicamente a sua solidariedade para com esta estrutura sindical e para com as suas reivindicações, porque se continuam a bater em relação ao horário de trabalho e suas implicações. Repudiamos a atuação da Câmara Municipal ao permitir-se andar a reboque de um Secretário de Estado, abrindo mão da sua autonomia gestonária.-----

O Acordo assinado na semana passada prejudica grandemente os trabalhadores, na medida em que ao criar adaptabilidades e o banco de horas põe em risco o equilibrado repouso a que os trabalhadores têm direito, e compromete a organização das suas vidas pessoais e familiares, bem como das suas atividades de lazer.-----
Estamos certos que mais cedo do que tarde, os trabalhadores que ainda não se encontram perfeitamente esclarecidos sobre os efeitos nefastos do Acordo, os acabarão sentindo na própria pele."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



G - FESTA DA SARDINHA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputado municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "É com profundo pesar que vemos desaparecer do calendário das Festas da Cidade a emblemática «Festa da Sardinha» no Coliseu Figueirense, ex-libris da Cidade ao longo dos anos.-----

É nossa esperança e convicção que a Câmara Municipal possa vir a ajudar a ultrapassar as dificuldades, desenvolvendo os esforços necessários para que esta festa popular de tão grande êxito e por quem todos temos grande carinho seja devolvida aos cidadãos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - PROTEÇÃO COSTEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: "No passado sábado, dia 27 de junho, a comissão Concelhia do Partido Social Democrata visitou as obras de intervenção costeira nas praias a sul da Figueira da Foz.-----

Os esporões (ou espigões) que foram construídos nessas praias são estruturas costeiras que têm como finalidade principal proteger a costa, da ação mais violenta das ondas do mar, em especial no inverno. Esta estrutura de defesa costeira dispõe-se transversalmente em relação à linha de costa e tem como função a retenção de sedimentos de forma a impedir a erosão costeira.-----

Entre as obras visitadas contam-se: a proteção e estabilização dunar na praia da Costa de Lavos; a proteção marginal na frente marítima da costa de Lavos e reabilitação dos esporões e defesas aderentes da Cova Gala, Lavos e Leirosa, e reforço do cordão dunar da Leirosa. A maioria destas obras foram executadas no segundo semestre de 2014.-----

Pelo que vimos, a bancada do Partido Social Democrata congratula-se com estas intervenções de grande vulto e impacto para a preservação da costa, levadas a cabo pelo atual governo. Numa altura de grande contenção de despesas públicas, foram consideradas prioritária e beneficiaram com o investimento de largos milhões de euros para a consecução deste desiderato."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Elísio Oliveira.

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Ouvi com atenção a intervenção da deputada municipal Isabel Gaspar Sousa e também eu me congratulo pelo facto destas obras terem sido realizadas, pois já andavam a ser prometidas há muitos, muitos anos.-----



Mas a situação atual, sendo obviamente melhor, no que diz respeito à Costa de Lavos não nos satisfaz. Nós consideramos que esta terá de ser forçosamente uma primeira fase, mas terá de haver uma segunda fase com a construção de um pequeno esporão, muito mais pequeno que o atual, na margem Norte do rego do Sul, e o enrocamento da barreira desde a Av.ª José Elísio Oliveira até ao Parque da Areia Branca. Não sendo construída esta segunda fase, estou certo que a curto/médio prazo continuaremos a ter problemas gravíssimos de entrada do mar, que envolverá a costa, transformando-a numa ilha. No fundo, é isto que vem acontecendo ano após ano.-----

Não sei se esta é a solução ideal, mas eu ando há 30 anos, ou mais, a ouvir os técnicos desta matéria a dizer que estão a estudar a situação. Eu já não vou durar 30 anos, mas os que eu durar queria ver se até morrer não ia continuar a ouvi-los dizer a mesma coisa.-----

Em tempos, também houve uma visita ao local do Diretor do Instituto da Água que apresentou uma solução alternativa com a qual, eu sendo leigo na matéria, estou de acordo. Sugeria ele a construção de molhos longitudinais ou quebras mares na zona da rebentação para que as ondas quando chegassem à praia já trouxessem pouca dinâmica e força. Parece-me lógica esta solução e se quiserem avançar com ela a Junta de Freguesia não se oporá, pelo contrário. Agora, aquilo a que nos oporemos ferozmente é a qualquer solução que passe por colocação de areia. Isso é negócio! Alguém tem interesse no negócio! Mas é um negócio que custará muito ao erário público porque a areia é colocada hoje e o mar retira-a amanhã, e ficamos «sempre na mesma como a lesma».-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Na página três da informação pode ler-se que na reunião ordinária da Câmara de 17 de abril foi ratificado um despacho do Presidente, exarado em 15 do mesmo mês, autorizando a publicação de um aviso retificativo, referente ao Concurso Público para atribuição do direito de ocupação, de natureza



precária, de diversas lojas do Mercado Municipal Engenheiro Silva, alterando o valor mensal da concessão da Loja L31 de 379,85 € para 652,16 €. Gostaria de perceber as razões deste aumento na ordem dos 171%?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "De acordo com o Vereador Carlos Monteiro, houve um lapso na redação do primeiro aviso em relação a esta taxa, foi detetado e, em consequência, procedeu-se à respetiva retificação do aviso, com indicação do valor correto para a Loja L31.-----

As taxas são calculadas de acordo com as disposições do Regulamento vigente, sendo fixadas através de um cálculo económico-financeiro, com uma diminuição sensível em função do interesse público, estando, portanto, abaixo do custo económico-financeiro."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A resposta não me esclareceu completamente, mas irei consultar o Regulamento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - Apreciação e Deliberação das seguintes propostas da Câmara Municipal:

5.1 - NINHO DA CARRIÇA AVICULTURA, LD.ª - FREGUESIA DE ALQUEIDÃO - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO EXCEPCIONAL DO ESTABELECIMENTO, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 05 DE NOVEMBRO - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização das obras de ampliação da unidade de compostagem da exploração pecuária de produção de ovos da empresa Ninho da Carriça Avicultura, Ld.ª, sita no lugar de Portela, freguesia de Alqueidão, com fundamento na sustentabilidade ambiental porquanto, irá permitir o adequado tratamento dos excrementos das aves, bem como, na sua relevância económica e social como entidade de venda direta ao público de produtos avícolas a preços baixos e acessíveis, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----
Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 04 de maio de 2015.



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Irei iniciar a minha intervenção falando primeiro de um ponto positivo, para posteriormente, colocar algumas questões menos positivas.-- A Coligação Democrática Unitária constata com agrado a diferença de comportamento de algumas empresas. A Ninho da Carriça Avicultura, Ld.^a não «pôs o carro à frente dos bois» e antes de avançar com as obras fez o pedido à Câmara, ao contrário da Lusivaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. que irá, com certeza, ficar nos anais da história desta autarquia.-----

A Coligação Democrática Unitária gostaria de colocar várias perguntas.----- Por que razão não estão adaptadas as estações de compostagem, propriedade do Ninho da Carriça Avicultura, Ld.^a? Os equipamentos não respondem às necessidades, ou, neste momento, o número de aves ultrapassa a capacidade de resposta da empresa? Qual a razão subjacente ao pedido de autorização para esta terceira estação de compostagem? É para resolver o problema do excesso de aves, ou é com intenção de aumentar a exploração?-----

Nestes casos, a Câmara Municipal deveria, na opinião da Coligação Democrática Unitária, exigir a inclusão no processo de um Plano de Tratamento de Efluentes Animais. No caso vertente, esse Plano de Tratamento de Efluentes Animais existe? Foi entregue? Ou é apenas uma miragem?-----

A apresentação do Plano de Tratamento de Efluentes Animais evitaria assistir-se ao triste espetáculo de espalhar os «cocós» das galinhas sobre os terrenos, situação para a qual nos alerta o Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, no parecer junto ao processo. Poderá ser em parte um fertilizante, mas é essencialmente uma grande «chatice» e um problema ambiental e de saúde pública. Confesso não saber se o ganho cobre o prejuízo, mas estou em crer que o prejuízo cobre o ganho.-----

Finalmente, porque se opta nesta proposta por pedir a declaração de interesse público municipal, e não se requer a alteração do Plano Diretor Municipal?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Confesso terem-me escapado algumas partes da intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

«Cocó» de galinha espalhado, NUNCA! O executivo municipal está sempre atento a este tipo de situações, e quaisquer espécies de resíduos têm de ser devidamente tratados e conduzidos.-----

Se porventura tiverem conhecimento de alguma situação anómala, agradecia que ma



reportassem e localizassem, para o Município poder atuar em conformidade.-----
Quanto à questão do interesse público municipal, é uma possibilidade conferida pelo decreto-lei n.º 165/2014, tendo em vista a regularização e legalização de situações desta natureza, como é óbvio, desde que exista de facto um interesse público.-----

Correspondendo estas instalações, pertencentes à Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., a um posto de venda de produtos baratos, abastecendo muita gente que ali acorre pelos preços bastante aceitáveis, subsiste, em meu entender, o interesse público.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Mário Menezes Paiva, José Augusto Mateus, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira e Alda Gomes Ferreira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, sem abstenções, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, reconhecer o interesse público municipal na regularização das obras de ampliação da unidade de compostagem da exploração pecuária de produção de ovos da empresa Ninho da Carriça Avicultura, Ld.ª, com fundamento na sustentabilidade ambiental, bem como, na sua relevância económica e social como entidade de venda direta ao público de produtos avícolas a preços baixos e acessíveis, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES apresentou a seguinte declaração de voto: “Face às inúmeras dúvidas da Coligação Democrática Unitária em relação ao processo em análise, nesta proposta de declaração do interesse público municipal, não lhe resta outra opção de voto, a não ser votar contra.”-----

5.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A VIGORAR NO ANO DE 2015, CELEBRADOS COM AS



FREGUESIAS DE ALQUEIDÃO, SÃO PEDRO, TAVAREDE E VILA VERDE

Pelo Gabinete de Apoio à Presidência foi proposta uma alteração aos Acordos de Execução de delegação de competências a vigorar no ano de 2015, outorgados com as Freguesias de Alqueidão, São Pedro, Tavarede e Vila Verde, a qual será formalizada através de uma adenda aos mesmos, cujas minutas aqui se dão por integralmente reproduzidas, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta alteração dos Acordos de Execução tem subjacente a necessidade de se abateram alguns Dumpers em fim de vida, cedidos às autarquias de Alqueidão, São Pedro e Tavarede, e a atribuição de um apoio financeiro para a aquisição de novos equipamentos da mesma natureza, indispensáveis à prossecução das atividades delegadas nas Juntas de Freguesia. No tocante a Vila Verde, a presente adenda irá contemplar um apoio financeiro para a legalização, junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., do Dumper cedido pelo Município, por forma a poder circular na via pública, bem como, para pequenos arranjos da viatura, a qual terá ainda um tempo previsível de vida de cinco anos.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de junho de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Como as freguesias estão relacionadas com as escolas permitam-me colocar aqui uma questão.-----

Há uns tempos atrás, esta Assembleia Municipal votou, por unanimidade, uma Moção subscrita pela Coligação Democrática Unitária, contra a municipalização da educação.-----

Entretanto, a onda de contestação contra este processo tem vindo a crescer, a ganhar corpo, e gostaria de perguntar qual é a sensibilidade do executivo municipal no tocante a esta matéria, porquanto, a da Assembleia Municipal ficou expressa na votação da referida Moção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Isto é um pouco perguntarem-me como vai a família, se está tudo bem, porque de facto este assunto não está na agenda.-----

Porém, terei muito gosto em transmitir-lhes a minha opinião pessoal em relação a esta questão. Sou um acérrimo defensor de políticas de descentralização, desde que tomem a dimensão necessária e suficiente para as localidades e as regiões poderem afirmar o seu querer em relação à cultura, à educação, à ação social e à saúde."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Mário Menezes Paiva, José Augusto Mateus, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira e Alda Gomes Ferreira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, e art.ºs 118.º, 132.º e 133.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar uma adenda aos Acordos de Execução de delegação de competências a vigorar no ano de 2015, outorgados com as Freguesias de Alqueidão, São Pedro e Tavarede, neles se incluindo um apoio financeiro no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) para cada uma autarquias, destinado à aquisição de novos Dumpers, e com a Freguesia de Vila Verde, nele se incluindo um apoio financeiro no montante de 2.043,85 € (dois mil e quarenta e três euros e oitenta e cinco centimos), visando a reparação e legalização junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., do Dumper 39, ao serviço daquela autarquia.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Pelo Gabinete da Presidência foi presente a proposta de Regulamento de Orçamento Participativo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Com este projeto o executivo municipal pretende adotar, a partir do exercício de 2016, a prática do "Orçamento Participativo", promovendo, desta forma, a participação informada, ativa e construtiva dos munícipes na vida pública municipal, aproximando-os dos órgãos de decisão, e aumentando a transparência da atividade governativa autárquica. Por sua vez, esta prática permitirá ao Município da Figueira da Foz conhecer e corresponder, de uma forma mais profunda, às reais necessidades e aspirações da população.-----

Este Regulamento foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de junho de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Sobre este assunto, a Coligação Democrática Unitária recomenda ao executivo municipal a fixação, em cada ano, de duas ou três áreas temáticas para cada uma das circunscrições, facilitando assim a apresentação de projetos pelos munícipes."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Ponto 1 - Os cidadãos já podem participar na vida pública, de muitas formas, só que a esmagadora maioria não quer saber disso para nada.---

Podem participar na atividade política em geral, mas não querem.-----

Podem participar na atividade partidária, mas não querem.-----

Podem integrar, até como independentes, as listas às Autarquias, mas não querem e todos nesta sala sabem o quão difícil é encontrar pessoas, minimamente capazes, para integrar as listas às Juntas e Assembleias de Freguesia.-----

Podem participar na vida das coletividades, mas não querem e cada vez é mais difícil encontrar dirigentes e cada vez há mais coletividades a encerrar.-----

Esta medida é desmotivadora, relativamente ao protagonismo e importância do Presidente e restante executivo das Juntas e Assembleias de Freguesia, que apresentam nas eleições um programa político, pelo qual se batem durante 04 anos e depois assistem à escolha de determinados projetos, relativamente aos quais até poderão estar contra, escolhidos por uns cidadãos, sem nenhuma espécie de responsabilidade ou representatividade, que não têm que se «chatear» com coisa nenhuma, nem prestar contas a ninguém.-----

Parece-me, portanto, que o Orçamento Participativo até será conflituoso e será certamente desnecessário, porquanto não acredito que alguém apresente numa freguesia, qualquer projeto que não conste do programa dos Autarcas.-----

Seria bonito que tal acontecesse em Lavos...!-----

Estes hipotéticos cidadãos fazem-me lembrar uns «cromos», espertalhões que durante três anos e meio não se incomodam com nada e que seis meses antes das eleições fazem uns artigos na comunicação social local e regional e mandam uns palpites para ver se alguém se lembra deles e os «repeça» para listas partidárias.-----

Ponto 2 - É burocrático e não deixa, antes pelo contrário, de estar sujeito às pressões que os militantes exercerão sobre os dirigentes partidários, bem como os Autarcas.-----

É demagógico e populista, e arrisco até a dizer que tem perspetivas eleitoralistas, o que relativamente à escolha do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, me parece desnecessário.-----

Ponto 3 - Confrange-me e irrita-me que se diga no «preâmbulo» que as propostas devem ter um mínimo de subscritores, para que «tenham logo à partida, uma base de apoio popular mínima».-----

Então qual é o papel e a representatividade dos Executivos das Juntas e Assembleias



de Freguesia? Para que servem? O que é e quem representam?-----
Não sei exatamente o que se passa nas outras freguesias. Em Lavos nos últimos seis anos, que me lembre, ainda não apareceu ninguém nas reuniões do executivo a propor ou a sugerir seja o que for e nas reuniões da Assembleia de Freguesia, aconteceu exatamente o mesmo.-----

Se há gente interessada em participar na vida pública e na resolução dos problemas da Terra, porque não o fazem?-----

Esta medida vai contribuir para que, no futuro, seja ainda mais difícil encontrar pessoas capazes e disponíveis para as Freguesias, pois não quererão fazer «papel» de «verbo de encher», sentir-se mais inúteis e mais desprestigiadas do que já são.
Ponto 4 - E as pressões de toda a ordem e de todo o lado que se irão fazer sentir sobre os técnicos que vierem a ser nomeados para a comissão de análise técnica dar respostas?-----

Não queria estar na pele deles.-----

Na política está tudo ou quase tudo inventado, mas se se quer inovar, democratizar, fomentar a participação dos cidadãos na vida pública, então porque é que não se facilita, desburocratizando e tornando mais livre, a constituição de listas de cidadãos para concorrerem às Juntas, Assembleias de Freguesia, Executivos Municipais, Assembleias Municipais, Deputados, etc.?-----

Com certeza porque não convém e sempre se corria o risco de se perder o controlo que é feito aos políticos.-----

Fico curioso a ver em que projeto e em que Freguesia irão ser gastos os primeiros 100.000,00 € respeitantes à experiência piloto para 2016, e se esse projeto já consta do programa da Freguesia ou é inovador.-----

Deixo claro que, no que a mim diz respeito, esta inovação já não me afetará, já que estou prestes a terminar a minha atividade política e Autárquica, mas desconfio que alguns dos que hoje irão votar a favor da proposta, por disciplina partidária ou por outra qualquer razão, muito mais depressa do que poderão pensar ainda, embora em surdina, me darão razão.-----

Pelo que deixo dito e por outras razões, que nem merece a pena apresentar, votarei contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Com todo o respeito intelectual pela argumentação do deputado municipal José Elísio Oliveira, nesta matéria ele e a Coligação Somos Figueira estão em profundo desacordo.-----



De facto, apresentou um conjunto de argumentos, com algum sentido em determinados aspetos, mas, quanto a mim, resultantes de uma visão demasiado centralizada do exercício da política.-----

Em meu entender, o exercício da política deve ser, cada vez mais, possibilitado a pessoas e organizações não dependentes exclusivamente dos democraticamente eleitos para os respetivos cargos.-----

E com toda a modéstia e humildade penso que, sem prejuízo de alguns desmandos eventualmente ocorridos na atividade político-partidária do nosso país, o ex-Vereador José Elísio Oliveira, neste momento deputado municipal e Presidente de Junta, certamente em breve irá dar razão a quem propôs este Orçamento Participativo.-----

Felicito a Câmara Municipal da Figueira da Foz pela afetação para o próximo ano desta verba de 100.000 euros, num projeto piloto de Orçamento Participativo. Este era uma reivindicação da Coligação Somos Figueira, acolhida pelo Município, e acredito na bondade do projeto, o qual, do meu ponto de vista, poderá ser uma forma de outras pessoas virem a interessar-se pela atividade política e pela intervenção cívica.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “Não sou um defensor de primeira hora, nem de primeira linha, dos Orçamentos Participativos, e concordo com muitas das afirmações proferidas pelo deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, José Elísio Oliveira.-----

Obviamente, ele tem razão em muitos dos argumentos utilizados na sua intervenção, aliás, reveladora de uma assaz inteligência e de um profundo conhecimento da realidade política e da prática autárquica.-----

Quanto ao Orçamento Participativo tenho mais dúvidas sobre a sua eficácia do que certezas, no entanto, acredito que com bom senso, moderação e uma gestão criteriosa dos montantes envolvidos, o Município da Figueira da Foz possa vir a dispor de um bom instrumento catalisador de uma participação mais ativa da sociedade civil na prática autárquica. E não falo apenas de uma maior participação na prática autárquica a nível do Concelho, mas sobretudo, ao nível das freguesias.-----

Obviamente, este Orçamento Participativo só fará sentido se se conseguir sopesar a participação das freguesias urbanas e das rurais. A Assembleia Municipal não pode permitir que as freguesias com maior capacidade eleitoral e densidade populacional possam canalizar a totalidade ou a grande maioria destas verbas,



premissa que julgo ter sido garantidamente acautelada neste projeto piloto.-----
Do meu ponto de vista, o Orçamento Participativo só terá sentido político efetivo se acautelar e for efetivamente implementado para proteger as freguesias rurais e para canalizar meios financeiros para projetos nessas freguesias.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Como eu compreendo o meu amigo José Elísio! Porque quem anda na vida autárquica dá por si, muitas vezes, a perguntar-se qual a razão de o fazer. «É-se preso por ter cão e preso por não ter»!-----

Para mim, o Orçamento Participativo é mais uma convocatória à participação cívica do cidadão comum.-----

Todavia, poderá resultar em choque, num confronto entre autarcas eleitos que se disponibilizaram para servir os outros sem proveitos, e os mentores de um projeto candidato ao Orçamento Participativo, porquanto estes últimos, num «golpe de asa», conseguindo conjugar um conjunto de forças ou consolidar um grupo de pessoas, poderão vir a obter sucesso numa determinada obra ou ideia, a qual porventura, até pode ter vindo a ser defendida há muitos anos pelo Executivo da Junta de Freguesia, sem sucesso.-----

E então, o mentor do projeto dirá «você nunca fez, mas afinal isto era fácil»! Compreendo isso perfeitamente e comungo praticamente de todos os argumentos aduzidos pelo deputado municipal José Elísio Oliveira.-----

No entanto, nunca é demais conferir aos cidadãos comuns a possibilidade de participarem. E se as pessoas puderem participar e conseguirem algo que os executivos das Juntas, por um ou outro motivo, não conseguiram executar, então, esta ideia não deixa de ser meritória.-----

O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco e a Coligação Somos Figueira defenderam sempre um Orçamento Participativo e, pessoalmente, eu defendo todas as ideias motivadoras à participação cívica dos cidadãos.-----

Sublinho o cuidado patente no Regulamento do Orçamento Participativo hoje em discussão, em não permitir a concentração dos projetos na área urbana, dividindo o nosso Concelho em núcleos geográficos para efeitos de candidaturas a projetos, bem como, salvaguardando que uma freguesia em dois anos consecutivos não possa, por si só, absorver mais de 50% do valor alocado ao Orçamento Participativo.----

Isso merece ser relevado por acautelar situações mais negativas que poderiam vir a acontecer. -----

Em jeito de conclusão, embora solidário com o deputado municipal José Elísio



Oliveira, irei votar a favor pelo facto deste Orçamento Participativo se traduzir num apelo à participação dos cidadãos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Este processo ir-me-á dar mais tarde um certo gozo. Vou-me fartar de rir.”-----

Pensem comigo, um Presidente de Junta com o seu programa eleitoral definido e aprovado pela respetiva Assembleia de Freguesia, vê a Câmara Municipal não lhe satisfazer alguns projetos desse programa eleitoral por dificuldades financeiras. Mas, depois aparece um rapazinho qualquer de outro partido a apresentar uma candidatura a um projeto para a freguesia daquele Presidente de Junta, projeto esse que não consta do seu programa eleitoral, mas acaba por ser selecionado no Orçamento Participativo.-----

Após isto pergunto a todos os Presidentes de Junta aqui presentes qual é o vosso papel na Freguesia? Fazem papel de totós? De meros «verbos de encher»? A acontecer um caso destes colocam o vosso cargo à disposição do Presidente da Câmara, para ele arranjar alguém para o vosso lugar?-----

Mas no caso de o Município escolher um projeto dum rapazinho do Partido Social Democrata, os rapazes do Partido Socialista irão logo questionar qual é o papel deles, sentir-se-ão defraudados com o Presidente da Câmara e dirão «Então nós andamos aqui com a bandeira, nós é que o elegemos, e o nosso projeto é preterido por um projeto do Partido Social Democrata?»-----

Vai-me dar gozo! Vou-me fartar de rir!-----

Mas há outro aspeto a ter em conta. Esse argumento dos cidadãos participarem na vida pública é conversa. Os cidadãos só não participam porque não querem, estão-se a marimbar. Só três meses antes das eleições escrevem uns artigozitos para o Diário de Coimbra e para As Beiras, para os outros não se esqueceram da sua existência. Pensarão com os seus botões: «Sou um gajo super intelectual, lembrem-se de mim, sou um independente, porreiro era entrar na lista da Câmara e da Assembleia Municipal». Só servem para isso e mais nada! Já cá ando há muitos anos. Não há nada para inventar, já está tudo inventado!-----

Se é para facilitar, batam-se para diminuir substancialmente o número de proponentes necessários às listas de candidatos às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, e para os deputados deixarem de ser indicados pelas forças que controlam os partidos e a nossa vida pública.-----

Porque os deputados não são escolhidos pelas cúpulas dos partidos, como para aí



se diz, as cúpulas dos partidos escolhem zero, há quem os escolha, mas não são as cúpulas dos partidos. Se quiserem eu depois explico-vos, mas em privado. Faço apenas uma ressalva, á exceção do Partido Comunista Português onde tal não acontece.-----

Todavia, as forças por detrás dos partidos não querem perder esse controle, e se facilitarem isso tudo, correm o risco de o perder.-----

Por isso, meus amigos, não me atirem poeira para os olhos, pois eu já cá ando há muitos anos. Custou, mas aprendi à minha custa. Os outros ainda são novos e têm muito tempo para aprender, levando apenas a vantagem de já estarem a ser alertados agora.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A recomendação feita pela Coligação Democrática Unitária, na sua intervenção inicial em relação a este ponto da agenda, foi pensada na perspetiva de obviar aos problemas apontados como passíveis de ocorrer, pelo deputado municipal e Presidente de Junta, José Elísio Oliveira.-----

Se o Município da Figueira da Foz fixar anualmente duas ou três áreas temáticas para cada uma das quatro circunscrições, os cidadãos iriam construir os seus projetos com base nessas áreas temáticas.-----

Nesse caso, a Câmara Municipal não irá, obviamente, copiar o programa de forças políticas adversárias, para depois ter um boy ou uma girl a «surripiar» aquilo que o outro tinha pensado.-----

Por exemplo, os programas da Coligação Democrática Unitária têm sempre coisas lindíssimas, e sinceramente, não estou à espera que a Câmara se lembre de ir lá copiar nada. Isto não passapela cabeça da Coligação Democrática Unitária.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Santos Madaleno.-----

VITOR SANTOS MADALENO: “Escutei com bastante atenção todas as intervenções sobre este assunto. Contudo, tenho uma opinião um bocado diferente das aqui expressas. Temos de nos habituar a falar do que sabemos, adequando-o à realidade em cada sítio.-----

Felizmente, em Tavarede as Assembleias de Freguesia são participadas, e curiosamente, são ali propostas algumas ideias que nem fazem parte do programa eleitoral da Junta e até advêm de forças políticas diferentes. Sendo válidas, são acolhidas pelo executivo da Junta, e muitas vezes desenvolvidas e concretizadas. Dizer-se aqui «os executivos das Juntas de Freguesia devem resolver tudo o que diz respeito à sua freguesia» é fechar a porta à possibilidade dos fregueses



participarem na vida pública da sua própria Freguesia.-----
Democracia é também dar voz aos cidadãos, saber ouvi-los, e promover a sua participação ativa na vida pública.-----

Quanto ao elevado número de candidatos nas listas, essa foi a escolha do Partido Socialista em Távares."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Eu subscrevo as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Távares, pois não contradisse nenhuma das minhas afirmações.-----

Se os fregueses de Távares participam nas Assembleias de Freguesia, ótimo. Devem continuar a fazê-lo! Não sou contra a participação das pessoas na vida pública, antes pelo contrário, seja em Távares, seja nas outras freguesias, concordo com a sua participação nas atividades autárquicas.-----

Mas em relação ao Orçamento Participativo, a questão é diferente. Participar na Assembleia de Freguesia é uma coisa, ultrapassar ou «passar por cima» da Assembleia e da Junta de Freguesia, como «cão por vinha vindimada», e vir diretamente aqui à Câmara apresentar um projeto, é outra. Em meu entender, o meu amigo Presidente da Junta de Távares vai ficar muito chateado se a Câmara vier a aceitar esse projeto sem lhe passar cartão nenhum. E pior ainda, se o mesmo for contraditório relativamente ao seu programa eleitoral."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Está aqui presente a proposta e o modelo de Orçamento Participativo. Gostei de todas as intervenções, porquanto todos têm razão e, no fundo, fez-se aqui uma discussão política sobre a forma de participação na cidadania.-----

Eu pergunto porquê dizer não ao Orçamento Participativo? Porque de facto tudo o que sejam normas de aproximação do cidadão à política ativa não pode, nem deve, ser desprezado e desconsiderado.-----

Este modelo de Orçamento Participativo provém de países onde, em regra, não há juntas de freguesia, e assim sendo, torna-se um apelo à participação dos cidadãos. Pôr os cidadãos a participar é saudável. Nessa perspetiva, acompanhámos e formulámos a proposta de Orçamento Participativo, e esta no fundo, tenta minimizar todas as questões aqui suscitadas.-----

Primeiro, porque as Juntas de Freguesia não ficam de fora da discussão direta sobre investimentos públicos nas suas áreas de administração. Segundo, porque



tentamos um modelo que minimizasse eventuais rivalidades entre o tecido urbano e o rural, ou a duplicação de investimentos em freguesias dominantes.-----
Ou seja, tentamos harmonizar todo este conjunto de interesses, reiterando que os Presidentes de Junta de Freguesia não estão fora da discussão dos investimentos públicos.-----

Respondendo à dúvida colocada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, a vinculação temática consta do Regulamento, estando nele expressamente referidos os temas passíveis de serem aceites no âmbito da discussão do Orçamento Participativo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, José Augusto Mateus, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 2.º da Constituição da República Portuguesa, alínea g) do n.º 1, e alínea k) do n.º 2, ambos do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Partido Socialista, João Paulo Pinto, e um voto contra do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, aprovar o Regulamento de Orçamento Participativo do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2015

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente para apreciação e aprovação a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a inscrição das ações adequadas ao enquadramento das despesas decorrentes da Construção do Centro de Saúde de Alhadas e aquisição do equipamento necessário ao seu funcionamento, da aquisição de terrenos para a ampliação do Cemitério de Moinhos da Gândara, da aquisição de equipamento para o Horto Municipal, e do Acordo de Resolução Amigável do Contrato de Atribuição do



Direito de Ocupação e Exploração do Complexo Piscina Mar.-----
Esta proposta foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 17 de junho de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "No âmbito deste ponto da agenda de trabalhos, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira gostaria de abordar a questão do Complexo da Piscina Mar.-----

Volvido mais um ano, mais uma vez se esperou pelo mês de maio, alguns dias antes do início da época balnear, para, eventualmente, se começar a procurar uma espécie de resolução para esta tão importante valência da cidade da Figueira da Foz e do seu Concelho! Do nosso ponto de vista, este processo não está a ser aparentemente tratado com a necessária e adequada diligência. A Piscina Mar faz falta à Figueira, e às pessoas que aqui se deslocam para passarem alguns dias ou muitos dias de férias, ou de lazer.-----

O grupo municipal da Coligação Somos Figueira questiona-se se aquele equipamento irá continuar a acumular prejuízos. Segundo contas mais ou menos fáceis de fazer, nos últimos anos, ou mais especificamente desde 2010, os prejuízos já ultrapassam os 130.000 euros, não obstante os nossos alertas.-----

Contudo, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira não deseja apenas apontar o dedo, mas como em tudo, também pretende deixar aqui algumas sugestões.-----

Porque não aproveitar o Portugal 2020? Porque não aproveitar algumas verbas, alguns projetos, os quais poderiam perfeitamente servir de «chapéu de chuva» à solução definitiva dos problemas da Piscina Mar?-----

Uma coisa é certa, a Piscina faz falta à Figueira da Foz e o Concelho teria tudo a ganhar com uma gestão rigorosa deste equipamento.-----

Dado esta Vereação fazer tantas vezes gáudio de uma gestão rigorosa, então porque não aplicá-la também aqui no Complexo da Piscina Mar?-----

Manifestamente isso não tem acontecido nos últimos anos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Nesta 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, o grupo municipal do Partido Socialista congratula-se com a rubrica aqui contemplada, respeitante à construção do Centro de Saúde das Alhadas. Traduz, no fundo, a concretização de uma antiga e justíssima reivindicação da Junta de Freguesia.-----

Constata-se no documento, uma adjudicação de rubricas permitindo enquadrar a



despesa com a realização desta empreitada. Assim, no corrente ano prevêem-se 10.000 euros para início da obra, penso eu, mas em 2016 a previsão é de 1.182.662 euros. Apesar de me regozijar com este facto, permitir-me-ia perguntar ao executivo municipal qual o grau de exequibilidade desta obra? Se a mesma vai ou não ser comparticipada? E para quando se prevê a sua conclusão?-----

Para a população das Alhadas esta é, sem sombra de dúvidas, uma boa notícia e, bem demonstrativa da preocupação desta Câmara Municipal, neste caso, substituindo-se aquilo que era tarefa fundamental do Governo Central.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Jorge Bugalho Silva.-----

JORGE BUGALHO SILVA: “Pegando um pouco nas palavras do deputado municipal Nuno Melo Biscaia, agradeço à Câmara Municipal da Figueira da Foz, na pessoa do seu Presidente, por ter integrado a rubrica para a construção do Centro de Saúde das Alhadas, na 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.-----

Trata-se de uma obra imprescindível e que vinha a ser reivindicada há muitos anos. Aliás, a construção do Centro de Saúde de Alhadas tinha sido assumida pela Administração Regional de Saúde do Centro, porém, este organismo nunca honrou esse compromisso. Daí, ser agora o Município da Figueira da Foz, em boa hora, a chamar a si a responsabilidade daquela Administração Regional de Saúde.-----

Na dupla qualidade de autarca e cidadão, almejo pela concretização da construção do novo Centro de Saúde das Alhadas, porquanto servirá não só todos os fregueses de Alhadas, mas também as populações das freguesias vizinhas.-----

Mais uma vez, agradeço à Câmara Municipal da Figueira da Foz e ao seu Presidente João Ataíde, ficando ansiosamente a aguardar esta obra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Duas notas em relação a este projeto do Centro de Saúde das Alhadas. Obviamente está no âmbito das nossas prioridades, pois, as políticas de emprego, de cuidados primários de saúde, de educação, têm como sempre prioridade absoluta para a Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

O processo foi articulado com a Administração Regional de Saúde do Centro, dado os Municípios estarem sempre em melhor posição para desenvolver este tipo de projetos passíveis de candidaturas a financiamento. Prevê-se uma comparticipação na ordem dos 85%, e deste modo, pôde-se dar continuidade a um processo parado no tempo.-----

No tocante à Piscina Mar há evidentemente custos contabilizados de 130.000 euros, mas não se está a ter em atenção a receita, a qual embora não seja nada de



relevante, também não é de todo desprezível.-----
Também faz todo o sentido abordar-se a questão do Quadro de Referência Estratégico Nacional, no entanto, este só agora está em fase de execução. Por outro lado, não vejo investidor habilitado para o processo de conceção/construção que se pretendia lançar, e este era o momento certo, porquanto só agora existem perspetivas de financiamento para este tipo de projeto. No anterior Quadro Comunitário de Apoio esse incentivo já há muito estava esgotado.-----

Isto não é um problema fácil. Não se pode olhar esta questão orçamental apenas e tão só ao nível da despesa, mas dever-se-á compensar isso com alguma receita entretanto cobrada.-----

No entanto, o grande prejuízo de quem tem explorado a Piscina Mar é não conseguir a otimização da sua rentabilização, por ser efetivamente uma estrutura pesada e com muitas deficiências técnicas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, Luis Miguel Bento, e Vitor Santos Madaleno, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues, e Filipe Humberto Dias, da Coligação Democrática Unitária, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, nove abstenções dos restantes membros da Coligação Somos Figueira, e sem votos contra, aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, para inscrição das ações adequadas ao enquadramento das despesas decorrentes da Construção do Centro de Saúde de Alhadas e aquisição do equipamento necessário ao seu funcionamento, da aquisição de terrenos para a ampliação do Cemitério de Moinhos da Gândara, da aquisição de equipamento para o Horto Municipal, e do Acordo de Resolução Amigável do Contrato de Atribuição do Direito de Ocupação e Exploração do Complexo Piscina Mar.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: “A abstenção da Coligação Somos Figueira prende-se apenas com a questão do Complexo Piscina Mar,



congratulando-se com todas as outras ações conducentes a esta 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.”-----

5.5 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL DE 2014

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas consolidadas do Grupo Municipal de 2014, elaboradas nos termos das Instruções para o exercício de 2014, emitidas pelo SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais).-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

NATÁLIA JERÓNIMO PIRES: “Relativamente às Contas Consolidadas de 2014, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira tem duas questões importantes a salientar, uma vez mais relacionadas com as reservas do Revisor Oficial de Contas.-----

A primeira tem a ver com incumprimento das regras dos Revisores Oficiais de Contas. De facto, o Revisor Oficial de Contas do Município solicitou diversos elementos e informações aos Revisores Oficiais de Contas responsáveis pela certificação das contas das entidades participadas, incluídas no perímetro de consolidação, e não obteve qualquer resposta útil.-----

Embora esta ausência de resposta não seja da responsabilidade do Município, é com certeza do seu interesse averiguar as razões dessa atitude. Até porque os Revisores Oficiais de Contas destas entidades participadas, nomeadamente daquelas com mais peso na consolidação, como é o caso da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, da Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal e da Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, Empresa Municipal, S.A., são contratados e pagos pelo Município, não se entendendo as razões do não cumprimento das normas e da falta de resposta aos pedidos formulados pelo Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal.-----

Por outro lado, todas as reservas expressas quanto às Contas Municipais, já referidas e enunciadas na última sessão desta Assembleia Municipal, mantêm-se na certificação das Contas Consolidadas, podendo alterar na mesma medida as



demonstrações financeiras e colocar em causa o resultado líquido do exercício consolidado.-----

Portanto, do meu ponto de vista a grande questão permanece e importará aqui perguntar qual poderá ser o impacto das correções decorrentes destas reservas no exercício líquido do grupo municipal?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Gostaria de colocar uma questão e de fazer um protesto. Esta documentação é muito complexa. A Coligação Democrática Unitária leu-a e procurou estudá-la. Todavia, face à sua complexidade, entende que os documentos deveriam ter sido entregues com maior antecedência, por forma a permitir uma boa análise.-----

Entretanto, soube que o Tribunal de Contas não aceitou a proposta da Câmara Municipal em relação ao Paço de Maiorca, e permitir-me-ia perguntar ao Presidente da Câmara se há alguma novidade em relação a essa matéria."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A questão de consolidação de contas é uma nova realidade em termos de elaboração orçamental.-----

O Município continua a ter uma série de participações, pese embora se tenha desligado de muitas delas. Por exemplo, uma é a do Paço de Maiorca com maioria do capital privado e cuja contabilidade não funciona.-----

O Revisor Oficial de Contas quando faz a análise do conjunto do grupo empresarial municipal exige, e bem, o reporte da situação destas entidades participadas, e, de facto, a maior parte delas não deu essa resposta. Isso ultrapassa-me um pouco, irei persistir, procurar melhores práticas, insistindo obviamente com as sociedades ou os grupos de que o Município é associado.-----

Todavia, isto não compromete a apresentação das Contas. E nesse âmbito, sublinho a execução orçamental, com metas idênticas a 2014. Uma ligeira diferença resultante da diminuição sensível no Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis em relação ao ano transato, onde se verificara um acréscimo excecional de 1,9 milhões de euros, mas, em contrapartida, este ano espera-se já uma reconfiguração da derrama.-----

Em termos de receitas correntes a execução atinge cerca de 43%/44%, e em termos de despesas cerca de 20%, níveis bem demonstrativos da contenção de custos.-----

Realço, com particular agrado, o facto de se estar a pagar aos fornecedores a 20 dias, e a adesão do Município da Figueira da Foz ao "Compromisso Pagamento Pontual",



tornando-se parte ativa deste movimento de responsabilidade social na promoção de uma cultura de pagamento pontual e de competitividade da economia portuguesa.--- Isto, como é óbvio, tem um grande impacto ao nível dos concursos e da redução substancial de preços.-----

A Câmara Municipal diminuiu sensivelmente o spread dos empréstimos do Plano de Saneamento Financeiro, agora alinhados com a execução desse próprio Plano, e o spread passou já de 5,5% para 3,5% em dois lotes de capital, e de 5,5% para 1,9% no restante, traduzindo-se numa significativa poupança.-----

Em jeito de conclusão, reafirmo estar-se no bom caminho, com uma boa execução, enquadrada dentro do previsível e exigível para a taxa de execução que se deseja necessariamente superior aos 85%, tendo como meta a obtenção de lucros líquidos no encerramento do exercício orçamental do ano."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Neste documento estão expressas cinco reservas do Revisor Oficial de Contas, mas em anos anteriores, já aconteceu terem sido colocadas muitas mais.-----

Com as Contas Consolidadas salta à vista uma diminuição do endividamento municipal em 07 milhões de euros, tendo-se conseguido realizar investimentos sem colocar em risco o normal funcionamento da autarquia. Isto é interessante para quem já anda aqui há uns anos, são dados merecedores de serem salientados, tanto mais que as dificuldades não abrandaram. E mesmo assim, como o Presidente da Câmara referiu, o Município está a pagar aos fornecedores a 21 dias, captando a confiança dos agentes económicos seus parceiros.-----

Em jeito de conclusão, realço o decréscimo de 07 milhões de euros no endividamento municipal, contrariamente à tendência de aumento da dívida sentida em anos anteriores, e o pagamento a tempo e horas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Registo a bonomia do Presidente da Câmara em relação à falta de resposta, às solicitações e pedidos formais enviados pelo Município, por parte dos Revisores Oficiais de Contas das empresas participadas.-----

Se um munícipe deixar de cumprir uma diretiva é obviamente penalizado, enquanto um Revisor Oficial de Contas, pago pelo Município, pura e simplesmente não cumpre, não responde, e o Presidente da Câmara com brandura contrapõe «vamos tentar que cumpra». Fico perplexo!-----

Os 07 milhões de euros, afinal talvez sejam só 05 milhões, porquanto dois milhões



de euros correspondem a obras contabilizadas no Imobilizado em Curso, com total ausência de movimentos, indiciando estarem concluídas. Aliás, na Certificação Legal das Contas Consolidadas o próprio Revisor Oficial de Contas escreve «... Em resultado da distorção relatada no ponto 5.5. acima, o ativo no balanço encontra-se sobrevalorizado em 2.072 milhares de euros com o correspondente efeito na sobrevalorização dos fundos próprios...».-----

Há aqui pormenores contabilísticos a merecerem algum reparo e a crítica do grupo municipal da Coligação Somos Figueira. O trabalho não estará a ser muito bem feito, não sabemos se por culpa da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso ou do Plano de Saneamento Financeiro.-----

O grupo municipal da Coligação Somos Figueira não é uma «ave de rapina» à procura da mais pequenina coisa para criticar, e por isso mesmo, regozija-se com a gradual e constante melhoria da situação da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----
Enquanto força política da oposição, a Coligação Somos Figueira tem vindo a dar o seu total apoio tanto à atual Vereação, como à anterior. Infelizmente, o Partido Socialista não tem tido idêntica postura a nível nacional, com a constante delapidação de algumas pontes de entendimento tão necessárias ao governo da nossa pátria.-----

Todavia, na Figueira da Foz os senhores sempre contaram com a colaboração da Coligação Somos Figueira, até mesmo na elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, razão pela qual nos congratulamos com os resultados positivos.-----

Agora, não podemos esquecer estas reservas, estes ênfases expressos na Certificação Legal das Contas Consolidadas, nomeadamente, em relação aos Revisores Oficiais de Contas das empresas participadas, pois, materialmente, podem baralhar estas contas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não tenho domínio sobre os Revisores Oficiais de Contas das empresas participadas, porque o Município não detém posição dominante nas mesmas, como tal posso quando muito reclamar, mas não tenho o poder de decisão.-----

Pensei que o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco se quisesse congratular com o pagamento de 50% da dívida, ou seja, neste momento o Município da Figueira da Foz apenas deve 32 milhões de euros, e com a diminuição do prazo de pagamento aos fornecedores.-----

Mas, falaremos disso no ponto do Relatório da Inspeção Geral de Finanças, porque a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso criaria aqui grandes dificuldades



se, porventura, não tivesse sido aplicada cum grano salis.-----
O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco trouxe depois à discussão o governo. Nunca discuti no Município as questões do Governo, seja ele do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata, até porque estou a governar o meu Município. É evidente que me preocupa muito com a política nacional, mas nunca me ouviram aqui falar de política nacional.-----

Mas respondendo ao repto, direi que no Município da Figueira da Foz se reduziu a dívida em 50%, e a nível nacional ela passou de 81% para 131%.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, e Vitor Santos Madaleno, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues, e Carlos Cabete Jesus, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e oito votos contra dos restantes membros da Coligação Somos Figueira, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1), in fine, do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao ano de 2014.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - 5.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Pela Divisão de Urbanismo foi presente a versão final da 5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal, introduzindo alterações de natureza regulamentar e gráfica, neste caso, incidindo apenas sobre a planta de ordenamento.-----

De acordo com a informação dos Serviços, as primeiras compreendem a alteração do n.º 2 do art.º 13.º, alínea b) do art.º 31.º e n.º 1 do art.º 32.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. Já as alterações de natureza gráfica traduzem-se na reclassificação de dois espaços industriais III, nas proximidades de Alhadas de Baixo e de Marinha das Ondas, em espaços destinados à atividade pecuária, bem como, na reclassificação de uma zona classificada como espaço industrial I e como espaço natural e de proteção de grau II, em espaço destinado à atividade pecuária,



agregando este a um outro já existente nas imediações das instalações da Soporcel. Esta proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal mereceu parecer final favorável por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de junho de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Nesta matéria tenho dificuldades em votar globalmente a proposta.-----

Por exemplo, se por um lado concordo com a proposta vertida na alínea a), relativamente aos afastamentos para construção, e votarei a favor, por outro lado, já tenho dificuldades em relação à proposta da alínea b), no tocante à possibilidade das instalações pecuárias poderem aumentar para o dobro a sua área de construção, não só por não conhecer as situações em concreto, mas ainda por desconhecer se esta medida irá abranger a célebre pecuária dos Carvalhais, e nesse caso, já votaria contra, por entender que a mesma em vez de passar para o dobro, deveria passar para zero.-----

Quanto à proposta da alínea c), estou de acordo e votarei a favor, mas relativamente à da alínea d), referente à alteração na planta de ordenamento - reclassificação de espaço industrial III em espaço destinado a atividade pecuária - coloco muitas reticências, pois tudo o que me cheira a porco deixa-me desconfiado.-----

A proposta da alínea e), sobre a alteração na planta de ordenamento - reclassificação de uma zona classificada como espaço industrial I e espaço natural e de proteção de grau II em espaço destinado à atividade pecuária - faz-me pensar de novo em mais porcos.-----

Serão generalidades, mas são aqui apresentadas algumas questões concretas, uma situada nas Alhadas, no Casal dos Bernardes, outra localizada na Marinha das Ondas, mais propriamente nos Matos, e ainda uma outra na Marinha das Ondas e em Lavos. Sobre estas situações concretas nada tenho a opor, se essa também for a opinião dos Presidentes das respetivas Juntas, pois eles conhecem a situação in loco. E no tocante aos casos apontados votarei a favor.-----

Agora, aumentar de 0,1 para 0,2, isto é, para o dobro, a área de construção das indústrias de atividades pecuárias, dificulta a minha votação deste ponto, porquanto se exige uma única votação e há algumas propostas no documento com as quais discordo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Com esta alteração ao Plano Diretor Municipal pretendem-se colocar tendencialmente os espaços e explorações pecuárias nos espaços florestais, aliás, no seguimento dos objetivos expressos no Aviso publicado em Diário da República de «... modificar os parâmetros de uso e ocupação definidos no art.º 31.º (indústrias e instalações pecuárias), do Capítulo IV (dos Espaços Florestais), nomeadamente o índice de atualização líquido máximo para a construção de instalações pecuárias;...».-----

O Município da Figueira da Foz está a reenviar e a maximizar a capacidade de exploração pecuária no âmbito dos espaços florestais, precisamente para os afastar dos perímetros urbanos.-----

Se o Presidente da Assembleia Municipal me permitir, passarei a palavra à Vereadora Ana Carvalho Oliveira, por conhecer melhor este processo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Ana Carvalho Oliveira.-----

VEREADORA ANA CARVALHO OLIVEIRA: "O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz já previa que a atividade de exploração agropecuária fosse privilegiada no nosso Concelho. Ela não tem de ser só de porcos, pode ser indústria avícola, vacarias, etc.-----

Esta alteração do Plano Diretor Municipal incide precisamente na zona florestal permitindo aumentar o índice de construção. Porque é nas zonas florestais, nas zonas mais afastadas possível das populações, onde existe vontade quer dos proprietários, quer das populações, de instalar as indústrias agropecuárias. E isso faz todo o sentido, principalmente por causa dos maus cheiros. E por isso mesmo, à semelhança do que foi feito em outros Concelhos, propôs-se o aumento do índice de construção na zona florestal para este tipo de atividade.-----

No tocante àqueles espaços industriais a converter para agropecuária, correspondem a questões muito concretas. Tratam-se de espaços muito limitados, definidos para serem zonas industriais na 1.ª versão do Plano Diretor Municipal.-----

Nas Alhadas, pretende-se converter em vacaria uma antiga fábrica de cerâmica aproveitando-se o edifício já existente. A curto prazo também não se vislumbrava a abertura de uma cerâmica naquele local, daí fazer todo o sentido viabilizar esta exploração pecuária.-----

Na Marinha das Ondas o objetivo será aumentar a extensão da Lusiaves.-----

O atual executivo municipal considera importante privilegiar esta atividade no Concelho, e esta proposta de alteração do Plano Diretor Municipal reflete esta sua vontade."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Eu percebo isso tudo, e estou de acordo com o princípio. Quero acreditar serem para criação de frangos as situações indicadas para Marinha das Ondas e Lavos. Trata-se mesmo da ampliação de uma área de criação de frangos? A Vereadora Ana Carvalho Oliveira percebe a minha preocupação. A pecuária dos Carvalhais tem uma área construída excedendo em muito a permitida, e decorre os seus termos, neste momento, um processo contencioso com a Câmara.-----

E eu pergunto, com esta alteração a situação da Pecuária dos Carvalhais é abrangida e fica legalizada? Se me garante que não, tudo bem. Agora, se esta alteração legalizar a situação na pecuária dos Carvalhais, eu não poderei votar a favor, sob pena de me fazerem a mim o que se faz ao bacalhau - o enterro do bacalhau."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "As alterações ao Plano Diretor Municipal pretendem contemplar uma série de situações estrategicamente planeadas nos objetivos do Município.-----

Sinceramente, não vejo como isto possa aproveitar a situação de Lavos, porque a pecuária já não tem por onde se expandir e subsistem ali também outros problemas de licenciamento que ultrapassam as próprias questões do Plano Diretor Municipal. Não sendo uma zona florestal do meu ponto de vista não será abrangida por esta alteração.-----

Pese embora, estejamos a apreciar este processo em termos gerais e abstratos, ele não pode ter implicação direta no caso de Lavos, porque nesse caso em concreto, a questão tem mais a ver com a ordem ambiental, a violação das regras básicas e das boas práticas de direito do ambiente, existindo já uma ordem de encerramento por violação dessas regras."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, Vitor Santos Madaleno, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 23 de Setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor dos



membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Socialista, Adelino Costa Pinto e Luis Mendes Ribeiro, e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar a versão final da 5.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "A Coligação Democrática Unitária vota contra esta proposta por considerar absolutamente imoral alterar o Plano Diretor Municipal para «legalizar» as ilegalidades cometidas pela empresa Lusiaves - Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A."-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Pese embora esteja de acordo com o princípio enunciado de que a atividade de pecuária deva constituir um polo de desenvolvimento do Concelho, abstive-me, porquanto tenho dúvidas sobre as eventuais implicações desta alteração ao Plano Diretor Municipal, em relação à empresa Crigado - Sociedade Agro-Pecuária, S.A, localizada nos Carvalhais de Lavos, questionando-me até que ponto pode influenciar as «ilegalidades» lá cometidas, cujo contencioso decorre com o Município da Figueira da Foz."-----

**5.7 - CONTROLO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO E
APRECIACÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA - RELATÓRIO DA INSPEÇÃO GERAL
DE FINANÇAS - PARA CONHECIMENTO**

Pelo Presidente da Câmara foi presente, para conhecimento, o Relatório da Inspeção Geral de Finanças decorrente da auditoria financeira ao controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso no Município, relativo ao período de setembro de 2012 e abril de 2014.-----

O mesmo Relatório foi presente, para conhecimento, à reunião de Câmara de 17 de junho de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A minha intervenção será um pouco mais detalhada, porquanto sou pessoalmente visado neste Relatório.-----

Naquela altura, dei nota à Câmara e à Assembleia Municipal de não poder cumprir, a título provisório, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, informando também a Inspeção Geral de Finanças desse facto, daí a realização desta auditoria. No Relatório, ora afirmam ter sido violada a Lei, ora dizem que não poderia deixar de ser violada, para mais à frente, concluírem ter sido reposta a situação e alcançados os objetivos, isto é, «dá-se uma no cravo e outra na ferradura».-----



Como sabem, eu não me quero desvincular desta Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e hoje, de alguma forma, cumprimo-la rigorosa e exaustivamente. Porém, quando entrou em vigor houve necessidade de ajustar a aplicação informática da Associação de Informática da Região Centro, e para tal, o Município da Figueira da Foz deu vários contributos para a sua adequação, e chegou mesmo a discutir com a Direção Geral da Autarquias Locais, socorrendo-se dos bons técnicos municipais ao seu serviço, para sugerir algumas alterações. Se não o tivesse feito teria criado problemas gravíssimos na contabilidade municipal.-----

Efetivamente, ocorreu uma violação da Lei, tal como já foi dito em reunião de Câmara, mas foi apresentado um inventário de todas as despesas assumidas. Aliás, tinha oportunamente informado esta Assembleia Municipal de que iria assumir esse comportamento, com o compromisso de no final do ano de 2014 justificar e provar ter a razão do meu lado, na altura, e continuar a tê-la no presente.-----

Esse compromisso foi cumprido, porquanto entramos em janeiro de 2014 cumprindo integralmente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e com uma significativa redução do prazo legal de pagamentos.-----

Independentemente das críticas expressas no Relatório, feitas de uma forma meramente objetiva e formal, sem uma apreciação do todo, no decurso do hiato temporal da inspeção, de seis milhões de euros atingiu-se um nível de pagamentos em atraso de 220 mil euros, e estes acabaram por se reduzir a zero, porque praticamente eram «monos» cujo pagamento já não era devido.-----

Podem aperceber-se disto mesmo, na evolução dos pagamentos em atraso, na página 31 do contraditório do Município.-----

Por outro lado, a maior parte dos compromissos então assumidos, segundo o Relatório, no valor de 05,7 milhões de euros, correspondiam a planos de pagamentos já anteriormente planificados. Ou seja, 03,9 milhões de euros corresponderiam a salários, serviço de dívida bancária, iluminação pública, e lixo, acrescendo 01,8 milhões de euros para transportes de crianças e refeições escolares.-----

Objetivamente pergunto-vos como podia cortar nas despesas, ou mesmo deixar de pagar?-----

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso tem os seus méritos, mas teve uma fase de adaptação que não foi devidamente estabilizada.-----

Se outros compromissos não tivessem sido assumidos implicariam gravíssimas consequências para o Município da Figueira da Foz. Por exemplo, lembro-me de ter assumido 120 mil euros para a reconstrução do telhado do Mercado Municipal



Engenheiro Silva, mas se não o tivesse feito isso implicaria a paragem da obra da sua requalificação, com consequentes pagamentos ao construtor.-----

Não existia outra alternativa, digo-o nesta Assembleia Municipal tal como o disse em sede de reunião de Câmara.-----

Mas subsiste aqui um outro aspeto a realçar. No ano de 2013, iniciou-se a vigência de uma nova Lei de avaliação dos imóveis, com repercussão direta na receita municipal. Porém, como o Município no período a que respeita a Inspeção tinha pagamentos em atraso, para o cálculo dos Fundos Disponíveis e da receita tomavam-se os valores homólogos dos dois anos anteriores, não podendo ser contabilizadas as receitas decorrentes das novas regras de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis. Eu invocava ter mais 02 milhões de receita, e a Direção Geral da Autarquias Locais respondia não ser possível contabilizá-la. Existia, ainda, mais uma receita do Turismo de Portugal, a qual também não foi possível contabilizar, de acordo com as instruções da Direção Geral da Autarquias Locais.-----

Isto é uma situação perfeitamente cega, pois eu tenho a receita e não posso assumir compromissos inadiáveis! Há aqui alguma disfunção!-----

Houve muitas dificuldades na aplicação desta Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Ela saiu em fevereiro de 2012, tendo sido regulamentada por um Decreto-Lei de junho de 2012. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses opôs-se vivamente à Lei, por existir um desfaseamento muito grande entre a receita percebida pelos Municípios e pela Administração Central. Esta última rege-se por duodécimos, podendo ter uma administração mais certa e previsível por comparação com os Municípios, que hoje têm a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis, depois, eventualmente daqui a 04/05 meses, a da Derrama, e depois terão de esperar por outros fluxos de receita, para além dos provenientes dos Fundos de Equilíbrio da Administração Central.-----

Reconhecendo o diploma regulamentador desta Lei a existência de muitas lacunas, questiono-me como poderia a Inspeção Geral de Finanças, logo no mês de setembro seguinte, querer tudo a funcionar perfeitamente? Não era possível! Havia muitas adaptações a fazer em termos técnicos e mais detalhados, inexistindo capacidade de monitorização porque a aplicação informática utilizada pelo Município não continha um software atualizado para o efeito. Aliás, este foi sendo atualizado à medida que se obtinham esclarecimentos da própria Direção Geral da Autarquias Locais.-----

A auditoria iniciou-se em setembro de 2013, 15 dias antes das Eleições Autárquicas.



Vi isto com algum desagrado e manifestei-o veementemente à Inspeção Geral de Finanças.-----

Considero este Relatório inconsequente pois se há uma lei para cumprimento de objetivos, se esses objetivos são integralmente satisfeitos, até por excesso, onde está a violação da Lei?-----

Como sabem, no período de tempo em inspeção, muitas instituições como o Conselho Superior de Magistratura, hospitais, etc., foram acusadas de violar a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, mas não podiam deixar de o fazer, não tinham outra alternativa.-----

Com todos os factos conhecidos, com toda a abertura entre entidades, inclusive com a publicação das despesas entretanto assumidas e a sua nota à Inspeção Geral de Finanças e à Direção Geral da Autarquias Locais, sem omissão de quaisquer documentos como é reconhecido pela própria Inspeção, este Relatório desapontou-me.-----

Quais as razões de se preocuparem meio ano com o Município da Figueira da Foz, quando muitos dos outros Municípios estavam e estão longe de cumprir esta Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso?-----

O certo é que, após permitirem a contabilização das receitas efetivamente percebidas, entrou-se em janeiro de 2014 sem pagamentos em atraso e com uma redução substancial do prazo médio de pagamentos. Foi-se sempre cumprindo o serviço de dívida, e particularmente neste ano de 2013 quando a dívida era gravíssima, ascendendo a 08 milhões de euros, dado nesse ano ainda decorrerem, salvo erro, algumas amortizações do Programa de Regularização Extraordinária de Dividas do Estado.-----

Atualmente, o prazo médio de pagamentos é de 21 dias, a dívida de médio/longo prazo passou de 64 milhões para 32 milhões, e com esta execução o Município da Figueira da Foz acabou por ser reconhecido externamente como uma instituição credível e séria, com os pagamentos em dia. Somos gente séria e cumpridora.”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “Felicito o Presidente da Câmara Municipal pela forma frontal como abordou esta questão, e pela explicação muito detalhada e concisa facultada a esta Assembleia Municipal. Essencialmente, dou-lhe os parabéns por, acima de tudo, ter defendido e continuar a defender os interesses da Figueira da Foz e dos figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----



TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Senhor Presidente da Câmara, fazendo uma declaração de princípios, afirmo não passar pela cabeça de nenhum dos membros do grupo municipal da Coligação Somos Figueira, colocar em causa a sua seriedade e a forma empenhada como gosta de eventualmente resolver problemas. Estamos absolutamente concordantes em relação a isto.-----

Ao ouvi-lo pensei como gostava de ter a sua argumentação da próxima vez que me deslocasse ao Banco. De facto, no plano dos princípios, eu gostaria muito de chegar ao Novo Banco e dizer «eu devo isto pelo meu apartamento, estou a pagar, mas não me dá jeito nenhum a prestação que me estão aqui a cobrar», «não me dá jeito nenhum o seguro de vida, nem as taxas bancárias». Isto é uma chatice!-----

A gestão autárquica é muito complicada, eu até acredito ser muito mais importante para um Presidente da Câmara resolver os problemas do que obedecer à Lei. Mas a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso por ter, eventualmente, um ou outro ponto em que se possa discordar dela, é uma Lei. E, de facto, como munícipe e como figueirense, não gostei de ler nos jornais e de ver assumido pelo Presidente da minha Câmara, que não cumpre a Lei porque não concorda com ela. Isto não é uma questão pessoal, não tenho rigorosamente nada contra o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Com os argumentos aduzidos, o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz quando regressar à sua carreira como magistrado e voltar a exercer o seu cargo, terá certamente dificuldades quando alguém chegar à sua frente e lhe disser «Senhor Doutor Juiz eu não cumpro a Lei porque não me dava jeito».-----

Este Relatório da Inspeção Geral de Finanças decorrente da auditoria financeira ao controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso no Município é absolutamente arrasador em relação aos atos praticados durante um determinado período de tempo na Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Evidentemente também tem de ser feita uma leitura política. Estava-se em setembro de 2013, em plena época de eleições e, como é óbvio, foram assumidos alguns compromissos que talvez não fossem assumidos noutros meses, porque não haveria eleições.-----

O grupo municipal da Coligação Somos Figueira congratula-se com o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro e regozija-se com o facto da Câmara Municipal da Figueira da Foz estar a pagar a tempo e horas. Todavia, na qualidade de munícipes e certamente como membros desta Assembleia Municipal, nenhum de nós fica contente ao ouvir o próprio Presidente da Câmara afirmar não cumprir a Lei porque não lhe



dá jeito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Não é uma questão de dar jeito! A Lei não se aplica de forma cega! E esta coisa de inabilmente dizer porque o Senhor Doutor Juiz não cumpre a Lei, não é verdade. O Senhor Doutor Juiz cumpre a Lei.-----

A Lei não é aplicada de forma cega, conforme se infere deste Relatório. Há sempre razões ponderadas e ponderáveis, legítima defesa, estado de necessidade desculpante, enfim, são sempre situações nas quais a culpa ou o ilícito são necessariamente afastados.-----

A culpa, digamos, será o ter necessariamente de fazer, o prejuízo adveniente para o Município, nomeadamente, ao não pagar vencimentos, não pagar refeições e transportes escolares, atrasar obras de forma inconsequente... Seria gravíssimo. Digam-me, isto é violar a Lei?-----

Reconhecendo, de facto, esta disfunção, quem sabe a minha qualidade de Juiz serviu para serenamente enfrentar o problema. Imagine como seria com outra pessoa, sem este conhecimento profundo da Lei, perante o clima de medo instalado neste País. As pessoas vivem com medo. Não há necessidade de viver com medo, quando se faz bem e por bem.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Infelizmente quem elaborou este Relatório não é jurista. Pode saber muito de finanças, de compromissos financeiros, de tabelas de Excel, mas, efetivamente, falta-lhe algum espírito e alguma experiência enquanto jurista. E se o fosse, com certeza concluiria o Relatório de forma diferente, ao constatar que as violações alegadamente cometidas pelo Presidente da Câmara serviram, como ele bem disse, interesses maiores, cujo não cumprimento poderia paralisar o Município da Figueira da Foz, criando danos maiores às nossas crianças e aos próprios munícipes, ao próprio funcionamento da Câmara Municipal e a toda a assistência social que tem de ser prestada.-----

Obviamente, este Relatório terá de ser reportado a quem de direito, no caso vertente, ao Ministério Público junto do Tribunal de Contas, o qual apurará se houve ou não matéria ilícita, ou se houve ou não, claramente como o grupo municipal do Partido Socialista considera ter havido, causas maiores, o chamado estado de necessidade desculpante, que levou o Presidente da Câmara, aqui e acolá, a violar a Lei.-----

De todo o modo, também o «timing» deste Relatório não foi o melhor, não só por



ocorrer antes das Eleições, mas por se reportar a setembro de 2013, com uma Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso complexa e cujo respetivo Regulamento era recentíssimo.-----

Ora as leis precisam de maturação, de serem praticadas, desenvolvidas. E esta Lei irá certamente ser desenvolvida, e a meu ver, um dos desenvolvimentos mais premente será a adaptação às autarquias locais, pois como disse e bem o Presidente da Câmara, os Municípios têm uma estrutura financeira a nível de receitas muito volátil, diferente de outras instituições com receitas fixas e estáveis ao longo do ano. O Município pode ter maiores receitas durante certas alturas do ano e menores receitas noutras. Então, quando as receitas são menores não faz nada? Não paga refeições escolares? Não paga gás, luz, água? Como é? -----

Todos estes fatores têm de ser vistos, ponderados e adaptados. Creio estar-se no melhor caminho, e até vou mais longe, julgo que a postura do Município da Figueira da Foz se for bem entendida por quem de direito servirá, e muito, como alavancagem para a mudança desta Lei.-----

Quanto aos 05,7 milhões de euros de compromissos alegadamente assumidos sem fundos disponíveis, destes 03,9 milhões de euros respeitavam a compromissos anteriores à própria entrada em vigor da Lei, isto é, eram compromissos que não podiam deixar de ser assumidos, eram despesas de pessoal, iluminação, água, combustíveis. Portanto, o Presidente da Câmara e o seu executivo apenas poderão ser responsabilizados pelos restantes 01,8 milhões de euros, os quais, conforme o Presidente da Câmara referiu, foram utilizados em livros escolares, ação social escolar, transporte escolar de alunos, reparação de viaturas e equipamentos, fornecimento de gasóleo, publicitação de Editais, incineração de resíduos de cemitérios, manutenção de sinalização, etc., etc... Nada que não seja essencial, nada que seja mero capricho.-----

Por fim, o grupo municipal do Partido Socialista considera ter sido alcançado o objetivo fundamental e final, e a Câmara Municipal da Figueira da Foz não poderia ter agido em sentido diverso.-----

As reduções sistemáticas dos pagamentos em atraso, com a sua total eliminação em janeiro de 2014, demonstram bem que o Município da Figueira da Foz é uma referência, um exemplo a nível nacional, e poderá contribuir para a reformulação desta Lei."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Não sendo jurista irei falar como cidadão comum. Não posso de maneira nenhuma concordar com a intervenção do deputado municipal Teotónio



Jesus Cavaco a respeito deste assunto.-----
O deputado municipal ficou muito desagradado quando soube pelos jornais que o Presidente da Câmara não iria obedecer à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, porque a sua atuação, enquanto Presidente da Câmara, não lho permitia, porquanto ficariam por pagar dívidas importantíssimas e inultrapassáveis.-----
Eu até fiquei muito contente, pois aliei essa afirmação a uma atitude de coragem, a alguma empatia com as autarquias da Coligação Democrática Unitária, as quais também se viram aflitas com a aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Os Municípios para além de receberem mal e atrasadamente as verbas provenientes da administração central, caía-lhes agora em cima esta Lei, aliás muito criticada, nomeadamente pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Independentemente da sua cor política, esta Lei pela complexidade da sua aplicabilidade, não agradou aos Presidentes de Câmara e aos seus executivos.----
Apesar de nunca termos visto quaisquer papéis escritos, diz-se por aí que uma das pretensões da Troika, entre tantas tão bonitas e tão queridas, era a falência dos Municípios. E eu não sei se a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso não foi uma peçazinha criada à medida desta pretensão. Uma espécie de empurrãozinho, e só não surtiu o efeito desejado, porque, de facto, algumas autarquias corajosamente violaram a Lei para poderem fazer face ao imprescindível e inadiável, nomeadamente a alimentação das crianças nas escolas.-----
Ontem ouvi na televisão o Dr. Paulo Rangel referir como possível terem sido feitos cortes a mais para além dos necessários. E isto dito por uma personalidade chegada ao Governo e da mesma cor política, tem um significado do tamanho do universo.--
Pois, eu considero que esta Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso também cortou mais do que o necessário, foi mais um exemplo de cortar cegamente, sem pensar nas consequências."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Esta sala não é um tribunal, não há aqui nenhum Juiz, há um Presidente de Câmara. O Relatório foi remetido para quem deve julgar. Para nós munícipes, e para nós com intervenção política e cívica, será importante saber se por alguma circunstância se colocou em risco a gestão da Câmara Municipal, se esta foi mal gerida, se teve bons ou maus resultados.-----
Não sou contra a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, pois se bem me lembro, no tempo da Dr.^a Manuela Ferreira Leite já tinham saído outras normas para evitar o sobre-endividamento dos Municípios.-----



Aliás, se a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso tivesse sido promulgada há 15/20 anos atrás, a Câmara Municipal da Figueira da Foz não estaria hoje como está, em termos financeiros, porque não foi gastar, foi devastar, e a verdade é que ainda hoje as pessoas que aproveitaram e de que maneira essas circunstâncias, são badaladas no dia a dia pelas obras feitas, pela presença, pela alegria, etc. Mas, se houvesse uma Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso não o poderiam ter feito dessa maneira. Na altura preocupavam-se em arranjar dinheiro em qualquer lado, as faturas iam para o teto, e depois pagava-se a dois anos, não interessava, pagava-se quando caísse uma fatura do teto.-----

E quando ouço aqui certas afirmações proferidas por pessoas e forças políticas que suportaram os procedimentos da altura e ainda hoje manifestam aqui alguma saudade desse tempo, eu pergunto-me como é possível?-----

Ultrapassada a situação de não cumprimento, o Presidente da Câmara saberá aduzir em sua defesa os argumentos justos e admissíveis. Quem sabe, até despertou interesse a forma como esta Câmara Municipal estava a dar a «cambalhota», como conseguiu pagar, juntar dinheiro, e ainda ajudar os outros Municípios.-----

Fazendo aqui um aparte eu dou comigo a perguntar se a formação do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz é em direito ou em economia, porque nesta altura dá um bocado para pensar.-----

Não se deve agarrar na bandeira numa situação em que a Lei possa ter sido violada sem um fim devidamente justificado, devem-se sim observar os resultados advenientes dessa atitude.-----

Hoje a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso não tem sido violada, o prazo médio de pagamentos é de 21 dias, bastante sui generis. Só tenho a louvar isso. A afirmação proferida pelo Presidente da Câmara foi devidamente e justificadamente assumida, e quanto ao resto devemos congratular-nos pela bela recuperação financeira sentida no Município da Figueira da Foz, e pela reconquista da sua credibilidade junto dos seus interlocutores externos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Eu sou professor como alguns dos aqui presentes, e da próxima vez que uma inspeção geral for à minha escola eu vou responder «meus caros eu não cumpro a lei, mas fi-lo para bem das crianças». Estamos a discutir um Relatório da Inspeção Geral de Finanças. E ficam anotadas todas as intervenções produzidas em relação a este processo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu acho que o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco insiste em não querer perceber. Isso chama-se má fé."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Vítor Manuel Alemão, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, nos termos da alínea g) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento do Relatório da Inspeção Geral de Finanças decorrente da auditoria financeira ao controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso no Município, relativo ao período de setembro de 2012 e abril de 2014, bem como, da resposta ao contraditório institucional apresentada pelo Município da Figueira da Foz.-----

5.8 - CANDIDATURA À AÇÃO 4 - PLANOS MUNICIPAIS PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES DO PROGRAMA ANUAL DE 2013 DO FUNDO EUROPEU PARA INTEGRAÇÃO DOS NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS (FEINPT) - PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ - PARA CONHECIMENTO

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi presente, para conhecimento, o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes do Município da Figueira da Foz, elaborado no âmbito da candidatura à Ação 4 - Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes do Programa Anual de 2013 do Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), aprovada pelo Alto Comissariado para as Migrações, IP.-----

Este Plano Municipal foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de junho de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "O grupo municipal da Coligação Somos Figueira felicita o Município da Figueira da Foz pela elaboração deste Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, elogiando o trabalho desenvolvido nesta área pelo Município, respetivos técnicos, e por todas as Juntas de Freguesia.-----
Realço ainda o facto de Portugal ter sido reconhecido como um país que recebe bem, sendo o segundo melhor país no Mundo na inclusão de imigrantes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Vítor Manuel Alemão, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, nos termos da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes do Município da Figueira da Foz, elaborado no âmbito da candidatura à Ação 4 - Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes do Programa Anual de 2013 do Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), aprovada pelo Alto Comissariado para as Migrações, IP..-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fernanda Marques Lorigo, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Vítor Manuel Alemão, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----